

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

PAULO JONAS DOS SANTOS JÚNIOR

A RELIGIÃO NO CURRÍCULO DE FILOSOFIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
E SUA PRÁTICA DOCENTE

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória – 21/10/2016.

VITÓRIA
2016

PAULO JONAS DOS SANTOS JÚNIOR

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória – 21/10/2016.

A RELIGIÃO NO CURRÍCULO DE FILOSOFIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
E SUA PRÁTICA DOCENTE

Trabalho Final de Mestrado
Profissional para obtenção do grau de
Mestre em Ciências das Religiões
Faculdade Unida de Vitória
Programa de Pós-Graduação
Linha de Pesquisa: Religião e Esfera
Pública

Orientador: Dr. Nelson Kilpp

VITÓRIA

2016

Santos Júnior, Paulo Jonas dos

A religião no currículo de filosofia do Estado do Espírito Santo e sua prática docente / Paulo Jonas dos Santos Júnior. – Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2016.

xi, 83 f. ; 31 cm.

Orientador: Nelson Kilpp

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2016.

Referências bibliográficas: f. 78-83

1. Ciências das religiões. 2. Religião e esfera pública. 3. Filosofia. 4. Religião e filosofia. 5. Filosofia da religião. 6. Educação. 7. Currículo.

- Tese. I. Paulo Jonas dos Santos Júnior. II. Faculdade Unida de Vitória, 2016. III. Título.

PAULO JONAS DOS SANTOS JUNIOR

A RELIGIÃO NO CURRÍCULO DE FILOSOFIA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
E SUA PRÁTICA DOCENTE

Dissertação para obtenção do grau de
Mestre em Ciências das Religiões no
Programa de Mestrado Profissional em
Ciências das Religiões da Faculdade Unida
de Vitória.



Doutor Nelson Kilpp – UNIDA (presidente)



Doutor Kenner Roger Cazotto Terra – UNIDA



Doutor Nelson Celio de Mesquita Rocha – FAECAD

Dedico este trabalho aos meus pais, Paulo e Silvana, exemplos de perseverança, constância e fé. Vidas que adquiriram a virtude da dinâmica, permitindo dessa forma desbravar a beleza da vida. Agradeço por apoiarem meus sonhos. Amo vocês!

Agradeço a minha família que sempre se faz presente em minha vida. À professora Maria das Graças Salim que, juntamente com minha mãe realizaram a revisão deste trabalho. À equipe da Faculdade Unida de Vitória que de maneira competente sempre corresponde às necessidades dos alunos. Aos professores Dr. Kenner Terra e Dr. Ronaldo Cavalcante que qualificaram esta dissertação, fazendo ricas contribuições. Ao meu orientador Dr. Nelson Kilpp que sabiamente me conduziu neste trabalho e a Deus que me guardou até aqui.

Diga – lhe, que pelos sonhos da sua juventude ele deve ter
considerações quando for homem.

Friedrich Schiller

RESUMO

Santos Júnior, Paulo Jonas dos. A religião no currículo de filosofia do Estado do Espírito Santo e sua prática docente. Dissertação de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões. Faculdade Unida de Vitória, 2016.

O presente trabalho fez uma análise da religião no currículo básico da disciplina de Filosofia do Estado do Espírito Santo e sua prática docente. Sendo esta disciplina obrigatória no Ensino Médio escolar, usamos os documentos oficiais como a LDB e o Currículo básico estadual como referência para nossa pesquisa. É sabido que a influência religiosa no Brasil encontra-se em todos os âmbitos, e a presente dissertação verificou como essas influências aparecem na proposta básica curricular do Estado do Espírito Santo, particularmente seus desdobramentos nos conteúdos de Filosofia, ministrados para o Ensino Médio. No percurso desta pesquisa foi possível verificar que diversas expressões, costumes ou heranças religiosas, através da secularização perderam a forte ligação religiosa e se tornaram culturais. Destas, as principais foram expostas com o intuito de serem melhor compreendidas. Ao longo do estudo observamos que a ideia de ensino voltado a uma melhor formação do ser humano e não apenas uma simples transmissão de conhecimentos é uma das preocupações das Leis que amparam o ensino no Brasil. Dessa forma, foram analisadas as temáticas propostas para o ensino da Filosofia e como a religião influencia e se faz presente em sala de aula. O assunto em questão não é apenas uma análise sistemática sobre os temas com dimensões religiosas na disciplina de Filosofia, mas também o porquê de tais temas estarem presentes no currículo básico proposto pelo SEDU para a competência. Dessa forma analisamos como assuntos de cunho religioso na ementa de Filosofia e tais assuntos propõem ajudar na consolidação de um cidadão bem informado, e ao mesmo tempo, com uma formação humana que lhe capacite a lidar com o mundo ao seu redor. Através de pesquisa de campo e pesquisa documental foi possível concluir que a influência religiosa está viva e presente na disciplina de Filosofia.

Palavras-chave: Religião. Filosofia. Filosofia da Religião. Educação.

ABSTRACT

Santos Junior, Paul Jonas of. Religion in the philosophy curriculum of the Espirito Santo state and their teaching practice. Professional Master's thesis in Sciences of Religions. Faculdade Unida de Vitoria, 2016

This paper made an analysis of religion in the basic curriculum of the philosophy discipline of the Espirito Santo state and their teaching practice. This being a compulsory subject in school high school, we used official documents as the LDB and the state basic curriculum as a reference for our research. It is known that religious influence in Brazil is in all areas, and this dissertation found how these influences appear in the curriculum basic proposal of the State of Espirito Santo, particularly its consequences on the Philosophy of content, given to high school. In the course of this research we found that several expressions, customs or religious heritages through secularization lost strong religious connection and became cultural. Of these, the most important were exposed in order to be better understood. Throughout the study we observed that the teaching idea aimed at better training of the human being and not just a simple transmission of knowledge is one of the concerns of laws that support the teaching in Brazil. Thus, the proposed themes were analyzed for the teaching of philosophy and how religion influences and is present in the classroom. The issue at hand is not just a systematic analysis of the issues with religious dimensions in philosophy of discipline, but also why these issues are present in the basic curriculum proposed by Sedu for competence. Thus we analyze how religious nature of issues on the menu of Philosophy and propose issues such help in the consolidation of a well-informed citizen, and at the same time, with a human formation that enables you to deal with the world around you. Through field research and documentary research it was concluded that the religious influence is alive and present in the philosophy of discipline.

Keywords: Religion. Philosophy. Philosophy of Religion. Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ES – Espírito Santo (Estado)

CF – Constituição Federal

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

SEDU – Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santos

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

STF – Supremo Tribunal Federal

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Classificação da disciplina de Filosofia segundo os alunos	63
Gráfico 2 - Porcentagem de professores que aceitam falar sobre questões relativas à religião	64
Gráfico 3 - Importância das Disciplinas Estudadas segundo os alunos	66
Gráfico 4 – Atuação dos Professores Entrevistados	68
Gráfico 5 – Assuntos Mais Relevantes	69
Gráfico 6 - Percepção sobre a influência da Religião na disciplina de Filosofia	70
Gráfico 7 - Interesse dos Alunos com Assuntos Religiosos	71
Gráfico 8 – Importância da Disciplina de Filosofia	73
Gráfico 9 - Atitude dos Alunos em relação à Religião	75
Gráfico 10 - Importância das Disciplinas Estudadas no Ensino Médio Segundo os Gestores	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A INFLUÊNCIA RELIGIOSA NA SOCIEDADE BRASILEIRA: UM BREVE HISTÓRICO	14
1.1 Contextualizando a problemática.....	14
1.2 A religião na educação	19
1.3 A presença religiosa na constituição brasileira	23
1.4 O estado laico	29
2 A LDB E O CURRÍCULO BÁSICO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	36
2.1 Cenário da educação nacional	37
2.2 A influência religiosa nos documentos oficiais	44
2.3 A influência religiosa na disciplina de filosofia.....	49
3 ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO.....	55
3.1 Sobre a Pesquisa	55
3.2 O desenvolvimento da Pesquisa	58
3.3 Interpretação dos dados.....	59
3.3.1 Os alunos.....	60
3.3.2 Os professores.....	65
3.3.3 Os gestores.....	70
3.4 Conclusão da pesquisa de campo.....	74
CONCLUSÃO	76
REFERÊNCIAS.....	78
ANEXOS	84

INTRODUÇÃO

A religião se faz presente na vida dos brasileiros. Segundo o censo de 2010, mais de 90% dos brasileiros seguem algum tipo de religião, sendo que os cristãos ultrapassam os 86%.¹

O presente trabalho pretende analisar os aspectos religiosos presentes no currículo básico da disciplina de Filosofia do Estado do Espírito Santo. Também procurou verificar como assuntos de natureza religiosa são tratados em ambiente escolar. Ao longo da presente dissertação buscamos analisar os documentos oficiais como a LDB e o Currículo Básico da Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo, fazendo, assim, uma análise da influência religiosa no ensino das disciplinas laicas, verificando seus desdobramentos, suas formas, suas linguagens específicas, e seus modos de representar-se na esfera pública, contextualizando o lugar da religião no cenário socioeducativo atual.

A emergente necessidade de um diálogo inter-religioso no Brasil traz à tona a carência de uma nova perspectiva nas áreas de interesse público. Não se pode mais fechar os olhos para a mudança de perfil do cidadão do século XXI em comparação com o de tempos passados.²

Hoje, a diversidade dos sistemas religiosos ecoa em todos os redutos do modo de vida dos brasileiros.³ Não há mais espaço para exclusividade religiosa, para o conceito de uma religião superior, nem para uma religião oficial do Estado brasileiro.

Segundo um levantamento do Instituto Data Popular, realizado com jovens de 16 a 24 anos, 44,2% dos entrevistados se declararam católicos, 37,6% protestantes/evangélicos, 6,7% pertencentes a outras religiões e 11,5% afirmaram não possuir religião.⁴ Esse quadro nos mostra como os jovens brasileiros estão integrados com o sagrado. Por isso é necessário saber como temas de natureza religiosa estão sendo abordados nas escolas.

¹ PIERUCCI, Antônio Flávio. *O crescimento da liberdade religiosa e o declínio da religião tradicional: a propósito do Censo de 2010*. Anuac – Rivista Dell'Associazione Nazionale Universitaria Antropologi Culturali [on line]. Cagliari – Itália, v. 1, n. 2, nov. 2012, p. 88. Disponível em: <<http://ojs.unica.it/index.php/anuac/article/download/1610/1359>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

² PIERUCCI, 2012, p. 88.

³ PIERUCCI, 2012, p. 88.

⁴ INSTITUTO DE PESQUISAS DATA POPULAR. *Levantamento sobre a religião no Brasil*. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.agppesquisas.com.br/noticias-e-artigos/jovens-catolicos-sao-442-e-evangelicos-376-diz-pesquisa/>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

Esta pesquisa pode ser relevante para a educação no Estado do Espírito Santo, pois propusemo-nos a discutir como a influência religiosa se manifesta no modelo de educação proposto pela Secretaria de Ensino para as disciplinas laicas como História, Geografia, Biologia e, principalmente, na disciplina de Filosofia.

A dissertação está estruturada em três capítulos: o primeiro capítulo busca, sucintamente, um posicionamento em relação aos paradigmas científicos (disjuntor-redutor versus paradigmas da complexidade) apontados na obra de Edgar Morin. Não há nenhuma pretensão de fazer alguma contribuição teórico-epistemológica.

No segundo capítulo, buscamos apresentar, com base na pesquisa do referencial bibliográfico especializado, uma análise das disciplinas lecionadas no Ensino Médio e como a religião se faz presente nessas; como a história da matéria de Filosofia voltou a fazer parte do Ensino Médio brasileiro e como temas religiosos se manifestam nessa disciplina. Este capítulo trata também de como a religião e seus múltiplos enfoques vêm sendo abordados no Brasil nas mais diversas áreas do conhecimento.

O terceiro capítulo, apoiado numa pesquisa de campo, busca situar o leitor na realidade da disciplina de Filosofia e em seus assuntos religiosos. Entender as principais características dos conteúdos religiosos estudados em Filosofia auxilia-nos a compreender os aspectos mais relevantes relacionados à influência religiosa no ensino. Por fim, apresentamos, numa breve conclusão, os resultados da pesquisa.

1 A INFLUÊNCIA RELIGIOSA NA SOCIEDADE BRASILEIRA: UM BREVE HISTÓRICO

1.1 Contextualizando a problemática

O contexto sócio-político, cultural e religioso no Brasil tem passado por mudanças rápidas e significativas nesses últimos anos. Se traçarmos um paralelo histórico-cultural dos anos 1980 até os dias atuais, nos depararemos com uma mudança radical na forma de como a sociedade lida com o ensino, o trabalho, a cultura e a religião.⁵

Desde os tempos mais remotos, a religião tem ocupado um lugar cativo na humanidade.⁶ Antigos reis usaram-na para consolidar sua condição de homem-divindade, imperadores se aliaram à religião para serem adorados e, assim, temidos pelos homens, e quando não conseguiam um lugar entre os deuses, eram pelo menos apoiados pelo clero.⁷ Dessa perspectiva Rousseau, em sua obra “Do Contrato Social”, escreve: “os homens, de início, não tiveram outros reis senão os deuses, nem outro governo, a não ser o teocrático”.⁸

Porém, após a Reforma Protestante, a descoberta do novo continente, a Revolução Industrial e o início das ciências modernas, alguns pensadores chegaram a proclamar o fim da religião. Voltaire, por exemplo, disse que “dentro de 100 anos, a Bíblia e o Cristianismo serão varridos da existência e passarão à história”.⁹ Isso levou o homem a acreditar que apenas o conhecimento das ciências exatas seria necessário. Porém o tempo passou e a religião continua a influenciar a humanidade.¹⁰

Em tempos de colonialismo, as regiões que dominavam a erudição regiam seus subjugados, sem dar fim à cultura local. Entretanto, povos sem essa maestria aniquilavam seus dominados, determinando-lhes seus particulares costumes em prejuízo às crenças locais.¹¹ Nestes casos, a religião assumia um papel relevante, pois através dela, o conquistador

⁵ OLIVEIRA, Pécio Santos. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Ática, 2001, p. 179.

⁶ OLIVEIRA, 2001, p. 169.

⁷ CHAUI, Marilena. *Iniciação à Filosofia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2014, p. 3.

⁸ ROUSSEAU, Jean Jacques. *Do contrato social*. 2 ed. Leme: EDIJUR, 2013, p. 154.

⁹ GEISLER, Norman L.; NIX, William E. *A General Introduction to the Bible*. Chicago: Hardcover, 1986, p. 123.

¹⁰ OLIVEIRA, 1998, p. 169.

¹¹ OLIVEIRA, 2001, p. 148.

acreditava ter a oportunidade de levar a palavra de Deus aos bárbaros. Geralmente, o povo conquistado precisava usar de artifícios para preservar suas antigas crenças.¹²

Em nosso solo, a religião sempre influenciou a população e, desde os registros feitos a partir da presença portuguesa, a religião se confunde com a cultura, sendo absorvida pelo modo de vida brasileiro.¹³

O Brasil colônia é caracterizado por um estreito relacionamento entre a Monarquia e a religião Católica Romana.¹⁴ Com isso, os monarcas eram verdadeiros representantes de Deus na terra, sendo compromissados não apenas a expandir o império, mas também a implantar a religião católica.¹⁵ Por conveniência, os líderes da igreja davam aos monarcas plenos poderes na administração eclesiástica.¹⁶

Em 1822, a liberdade religiosa aparece como tema ganhando impulso após a proclamação da Independência e, a despeito de ratificar a associação entre o Estado e a Igreja, a constituição de 1824 manifestava certa tolerância religiosa.¹⁷ Seus artigos demonstram que não podia haver mais perseguição, entretanto o cidadão não católico ainda amargaria rejeição.¹⁸

Comparada com o período colonial, no entanto, em que a igreja católica devastou a civilização indígena, demonstrando falta de respeito e arrogância, como se a cultura europeia fosse a única válida,¹⁹ isso representa um grande avanço, pois agora a religião não é mais imposta aos sujeitos, que se tornaram autônomos para ter sua própria opção religiosa.²⁰

O período republicano também foi importante no avanço das conquistas dos direitos de liberdade religiosa. O Decreto nº 119-A de 7 de janeiro de 1890, de Ruy Barbosa, determina, em seus artigos, diversos avanços no que diz respeito à liberdade religiosa.²¹ Esse decreto marcou a história do país, pois, em 390 anos de presença portuguesa, essa é a primeira vez que Estado e religião estavam separados legalmente em solo brasileiro.²² Por fim, a

¹² CALMON, Pedro. *História Social do Brasil: Espírito da Sociedade Colonial*. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 12.

¹³ PIERUCCI, 2012, p. 93.

¹⁴ PIERUCCI, 2012, p. 91.

¹⁵ CALMON, 2010, p. 12.

¹⁶ CHAÚÍ, 2014, p. 235.

¹⁷ BRASIL. *Constituição Federal (1824)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

¹⁸ BRASIL. *Constituição Federal (1824)*.

¹⁹ CALMON, 2010, p. 12.

²⁰ BRASIL. *Constituição Federal (1824)*.

²¹ BRASIL. *Decreto Federal nº 119-a de 1890*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm>. Acesso em: 25 mai. 2016.

²² PIERUCCI, 2012, p. 89.

constituição de 1988 sela a liberdade religiosa e de culto. Isso pode ser constatado em diversos artigos que abrem ao cidadão a possibilidade de expressar livremente sua fé.²³

Após esta análise podemos observar que o catolicismo embasou a formação da sociedade brasileira.²⁴ Observamos, com o decorrer do tempo, um declínio do domínio da religião Católica Romana, embora a população brasileira continuasse a ser predominantemente religiosa.²⁵ O monopólio Católico Romano já não faz mais parte da realidade brasileira.²⁶ Isso não significa que nosso país esteja deixando a religião de lado, pois como o próprio censo aponta, pelo menos 90% dos brasileiros professam uma fé.²⁷ O que mudou em relação ao passado é que hoje há uma pluralidade religiosa como nunca antes.²⁸

Sendo inegável a herança religiosa que nos foi deixada, é possível, ainda hoje, observar que a religião se faz presente em diversos aspectos da sociedade misturando-se, em muitos casos, com nosso modo de vida, e diversas vezes se passando como algo cultural, ou seja, não sendo mais encarado como religioso por grande parte da população.²⁹

Nessa perspectiva, pode-se levantar a seguinte questão: como a religião se faz presente nas escolas brasileiras? A religião aparece nas disciplinas básicas do Ensino Médio ou apenas no Ensino Religioso? Ela aparece em atividades extracurriculares? Os alunos se interessam por questões religiosas? A religião tem alguma influência na educação brasileira? Qual?

Para melhor trabalhar esse tema, será feita uma análise dos conteúdos das diversas disciplinas ministradas no Ensino Médio capixaba, bem como sua relação com a religião. Para as observações mais detalhadas será tomado por base o modelo educacional das escolas do Estado do Espírito Santo e, em especial, a competência de Filosofia. Também será analisado como tais conteúdos costumam ser tratados e trabalhados em sala de aula.

²³ BRASIL. *Constituição Federal (1988)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao88.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

²⁴ PIERUCCI, 2012, p. 88.

²⁵ INSTITUTO DATAFOLHA DE PESQUISAS. *Levantamento das religiões brasileiras*. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/09/138655096-mudanca-de-cenario-religioso.shtml>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

²⁶ INSTITUTO DATAFOLHA DE PESQUISAS. *Cenário religioso nacional*. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/07/1314857-fatia-de-catolicos-e-a-menor-em-duas-decadas.shtml>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

²⁷ INSTITUTO DATAFOLHA DE PESQUISAS, 2013a.

²⁸ INSTITUTO DATAFOLHA DE PESQUISAS, 2013b.

²⁹ COX, Harvey. *A Cidade Secular: a secularização e a urbanização na perspectiva teológica*. Santo André - SP: Academia Cristã, 2015, p. 24.

Na análise de assuntos de natureza religiosa tratados pela sociedade como culturais, utilizamos o conceito de secularização. Dessa forma valemo-nos dos principais teóricos que escreveram sobre o mesmo, como por exemplo, o teólogo Harvey Cox, em especial, as teorias desenvolvidas na obra “A Cidade Secular”³⁰ Nessa obra, o autor analisa as principais dimensões da secularização a partir da perspectiva cristã.³¹ Tãmanha é a importância da sua obra para as Ciências das Religiões que, logo após seu lançamento, teve sua edição esgotada, provando sua aceitação pelo público e, principalmente por acadêmicos da área da Sociologia, Filosofia e Religião.³² Sobre o processo de secularização, o autor escreve:

Secularização como um termo descritivo tem uma significação larga e inclusiva. Surge sob diferentes aspectos, dependendo da história religiosa e política da área considerada. Mas onde quer que apareça, deve ser cuidadosamente distinguida de secularismo.

A secularização implica um processo histórico, quase que certamente irreversível, no qual a sociedade e a cultura são libertadas da tutela do controle religioso e das concepções metafísicas rígidas do mundo. Temos dito que se trata de um acontecimento basicamente libertatório. (...)

(...) A secularização surge, em larga medida, da influência formativa da fé bíblica sobre o mundo, influência esta veiculada primeiramente pela igreja cristã e, mais tarde, pelos movimentos em parte derivados dela.³³

Entendemos que a partir da perspectiva de Cox podemos avaliar a atual situação religiosa em que o país se encontra, principalmente através de seu conceito de Secularização.

A secularização, como observou um teólogo alemão, Friedrich Gogarten, é a consequência legítima do impacto da fé bíblica sobre a história. Aí está porque não é por mero acidente que a secularização surgiu primeiro dentro da cultura do chamado Ocidente Cristão, na história dentro da qual as religiões bíblicas exerceram o mais evidente impacto. O aparecimento da ciência natural, das instituições políticas democráticas e do pluralismo cultural – acontecimentos que normalmente associamos com a cultura ocidental – dificilmente poderia ser entendido sem o ímpeto original da Bíblia. Muito embora desde então se tenha perdido de vista a consciência deste vínculo, as relações ainda permanecem. Os impulsos culturais continuam a operar muito depois que as suas fontes são esquecidas.³⁴

³⁰ V. nota 29.

³¹ COX, 2015, p. 13.

³² COX, 2015, p. 18.

³³ COX, 2015, p. 51.

³⁴ COX, 2015, p. 48.

Assim, podemos explorar a história da influência da religião no Brasil e seus desdobramentos e refletir sobre como a formação educacional em nosso país passa pelos moldes da religião.

Neste primeiro uso largamente difundido, a nossa palavra secularização tinha um significado muito estreito e especializado. Designava o processo pelo qual um sacerdote 'religioso' era transferido para a responsabilidade de uma paróquia. Este era secularizado. Gradualmente o significado do termo foi ampliado. Quando a separação entre o Papa e o imperador passou a ser matéria de fato na vida da cristandade, a divisão entre o espiritual e o secular assumiu expressão institucional. Em pouco, a passagem de certas responsabilidades das autoridades eclesiásticas para as autoridades políticas era chamada de 'secularização'. Este uso continuou através do Iluminismo e da Revolução Francesa e permanece ainda hoje nos países de herança cultural católica. Consequentemente, por exemplo, quando uma escola ou um hospital passa da administração eclesiástica para a administração pública, o ato é chamado de secularização. Mais recentemente, a palavra secularização tem sido empregada para descrever um processo no nível cultural que é paralelo ao político. Denota o desaparecimento da determinação religiosa dos símbolos de integração cultural. A secularização cultural é uma concomitante inevitável da secularização política social. (...) As escolas públicas são seculares, oficialmente, no sentido de estarem livres do controle eclesiástico.³⁵

Cox trata do processo de secularização nas diversas esferas da sociedade, dando ao leitor uma visão de como esse processo modifica a forma de o indivíduo lidar com a religião e o sagrado. A educação, como parte preponderante da comunidade humana, não deixou de ser analisada em sua obra.

A tarefa dos cristãos americanos vis-à-vis seus compatriotas não-religiosos não é a de intimidá-los, mas de fazer com que permaneçam seculares. Devem ser ajudados a serem fieis às suas próprias premissas e a não se permitir serem a indução a um novo fideísmo, a religião intolerante do secularismo. Neste sentido, a decisão do State Board of Education da Califórnia de que as escolas não deviam ter hesitação alguma em ensinar sobre religião foi muito bem-vinda. O board brindou os seus professores com elogio ao sugerir que os mesmos 'são competentes para distinguir entre ensinar acerca de religião e dirigir um culto compulsório'. Significativamente o board acrescentou que seria tão ilegal ensinar 'um ponto de vista que nega a Deus' como seria 'promover uma determinada seita religiosa'.

Esta é uma decisão que aponta rumo à maturidade da sociedade americana. Reconhece que a escola pública não é lugar para orações obrigatórias e para cantar hinos. Mas reconhece também, o que não acontece com muitos discípulos do secularismo, que os ateístas e agnósticos não têm mais direito de propagar as suas opiniões sectárias através das escolas do que quaisquer outras pessoas.³⁶

Nesse sentido, é possível ver que a mudança de foco trazida pela secularização não se baseia na negação de Deus ou do conceito de sagrado, mas sim na liberdade de

³⁵ COX, 2015, p. 48.

³⁶ COX, 2015, p. 131.

abordar tais assuntos de maneira independente dos sistemas eclesiásticos enrijecidos.³⁷ Contudo muitos acreditam que a secularização vai na direção do fim da religião. Porém será mesmo que a religião se encontra distante de nossas realidades cotidianas? Será mesmo que a profecia de Voltaire³⁸, e de outros pessimistas religiosos, se cumpriu e a experiência religiosa passou à história?

1.2 A religião na educação

Esta seção busca explicar a história da Religião enquanto ciência e realizar uma análise da mesma com a educação e com a sociedade. A discussão sobre a temática da influência religiosa e seu desenrolar na sociedade apresenta, geralmente, um histórico de enfoque específico direcionado aos sociólogos, teólogos e filósofos.³⁹ Tudo isso ocorre em virtude do tratamento unilateralmente técnico-operacional que, geralmente, tem sido empregado no equacionamento da referida problemática.⁴⁰ Não cabe aqui fazer uma investigação histórica sobre o que se declarou antes, mas o que se pretende é investigar as correlações ou correspondências entre as matérias lecionadas em nossas escolas, em particular na disciplina de Filosofia do Ensino Médio, no Estado do Espírito Santo, e a herança religiosa que nos foi deixada.

Na perspectiva do paradigma da complexidade, a ciência moderna, desde o século XVII, ao romper com o senso comum e com a filosofia e, fragmentando-se em disciplinas especializadas, gerou tanto conhecimento racionalizado, quanto cegueira diante da realidade complexa.⁴¹ Ao desagregar ou separar sujeito e objeto, qualidade e quantidade, privilegiando uma perspectiva pretensamente objetivista, neutra (do ponto de vista dos valores éticos) e matematizada, a ciência favoreceu o surgimento de políticas públicas tecnocráticas, unilaterais e unidimensionais, em crescente burocratização.⁴² O tema da influência religiosa ou qualquer assunto tangente inseriu-se neste contexto de indiferença ou mesmo desprezo da ciência convencional quanto à complexidade social e ao que não se encaixou nos sistemas formalizados.⁴³

³⁷ COX, 2015, p. 13.

³⁸ Segundo Geisler, Voltaire previa que dentro de um século o cristianismo deixaria de existir. GEISLER; NIX, 1986, p. 123.

³⁹ PIERUCCI, 2012, p. 93.

⁴⁰ MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005, p. 11.

⁴¹ MORIN, 2005, p. 13.

⁴² MORIN, 2005, p. 13.

⁴³ PIERUCCI, 2012, p. 88-93.

Segundo Morin,⁴⁴ “sabemos cada vez mais que as disciplinas se fecham e não se comunicam umas com as outras” e, dessa maneira, alimentam uma tradição na esfera científica essencialmente disciplinar. A temática da influência religiosa no atual contexto se faz necessária para se obter uma perspectiva que englobe as dimensões humanas diferentes que as restritas ao ambiente de culto. Aproximar as Ciências das Religiões com os outros ramos das ciências não ocorre sem atrito, inclusive porque cada uma das ciências tem suas próprias formas de fechamento disciplinar.⁴⁵

Essa carência de entendimento da relação entre a religião e a sociedade secular foi consolidada a partir de acontecimentos como a Reforma Protestante, em especial, a partir do Iluminismo e da Revolução Industrial,⁴⁶ que trouxe o crescente fortalecimento das Ciências Naturais e a gradativa desvinculação de tudo que tem ligação com o sagrado e o religioso.⁴⁷ O positivismo de Comte, Hume e Berkeley,⁴⁸ baseado no empirismo⁴⁹, representam o fortalecimento da visão da cientificidade buscada em tempos modernos. Em meados do século XIX, alguns teóricos chegaram a proclamar que, no século XXI, aconteceria o fim da religião.⁵⁰

Segundo Edgar Morin, a ordenação disciplinar disjuntor-redutor, vastamente utilizada, baseia-se nesse entendimento, que se caracterizou por separar as categorias e as disciplinas e, destarte, por fazer da distinção um processo de fragmentação, de disjunção, sem interação entre as partes separadas, enquanto, por outro lado, reduzia o sistemático ao simples (o humano ao nível biológico, este ao nível físico e químico, etc.) Esse tipo de conhecimento científico, baseado em métodos simplificadores, disjuntivos e reducionistas, é para o epistemólogo e sociólogo francês uma tendência que produz mais cegueira do que

⁴⁴ MORIN, 2001, p. 23.

⁴⁵ Segundo o entendimento da fragmentação das disciplinas, como diz Morin, as disciplinas se isolam causando a dificuldade em comunicar com outras áreas. MORIN, 2001, p. 41.

⁴⁶ PIERUCCI, 2012, p. 90.

⁴⁷ PIERUCCI, 2012, p. 89.

⁴⁸ CHAUI, 2014, p. 65.

⁴⁹ CHAUI, 2014, p. 85.

⁵⁰ Em sua clássica obra, *A era do capital*, o historiador Hobsbawm nos fornece uma série de argumentos que nos fariam acreditar que, por fim, no século XIX a religião estava derrotada: “Na medida em que as classes médias estavam em questão, o declínio da religião era, como vimos, inibido não apenas pela tradição e fracasso em larga escala do racionalismo liberal em fornecer um substituto emocional coletivo para o ritual e a fé religiosa (exceto talvez através da arte), mas também pela relutância em abordar um pilar de estabilidade, moralidade e ordem social tão valioso, talvez tão indispensável”. HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital*. 3 ed. Stanfor: Weindenfeld, 1977.

elucidação,⁵¹ ou seja, “mutila as realidades e os fenômenos explicados na tentativa de controle e dominação”.⁵²

A referida desarticulação, que “separa o físico do biológico, separa as categorias, as disciplinas”, perdurou por um longo período da história da ciência e ainda persiste como prática da ocupação científica contemporânea, influenciando negativamente na busca por soluções para a problemática social.⁵³

Em virtude dessa tendência que direcionou as questões religiosas às margens da Teologia (dissociada do campo das Ciências Sociais), é possível considerar que o tardio tratamento da temática pela Sociologia tem um fundamento histórico. Desde o seu surgimento, a Ciência Social – que surgiu muito próxima ao advento industrialista do século XVIII – esteve centrada na discussão em torno do progresso e da racionalidade humana na modernidade e, em época de ascensão renascentista, o que menos se queria era voltar às “prisões” religiosas.⁵⁴ A carência investigativa sobre esse tema foi caracterizada antes do período clássico da Sociologia, pelo modo superficial como foi investigada.⁵⁵

Porém, contrariando as expectativas iluministas, o século XXI chegou e a religião não se extinguiu. Pelo contrário, no continente americano surge um grande avivamento do cristianismo, em especial, o ramo pentecostal, que se estabelece na América Latina onde ganha impulso e se espalha para todo o planeta.

O despertar espiritual que sacudiu o mundo religioso no período compreendido entre o final do século XIX e o início do século XX, teve sua provável origem na Europa, e um dos seguimentos do protestantismo que mais contribuiu para isso foi, certamente, o então representado pelos morávios, pois avivamento espiritual e missões são características intimamente ligadas a história desse povo. Oriundo de uma região da antiga Tchecoslováquia, os morávios, mesmo não sendo significativamente numerosos, bem cedo ficaram conhecidos em toda a Europa e em muitas outras partes do mundo por sua piedade, experiência de comunhão com Deus e espírito missionário. (...)

Em 1727 porém, cinco anos depois da chegada dos primeiros refugiados, toda a atmosfera mudou. Um período de renovação espiritual chegou ao clímax em um culto de comunhão a 13 de agosto com um grande reavivamento que, segundo os participantes, marcou a chegada do Espírito Santo em Herrnhut.(...)

Os morávios passaram, algum tempo depois, a desempenhar um importante papel no campo das missões. Levaram a mensagem de Cristo às Ilhas Virgens, Groenlândia, América do Norte, Lapônia, América do Sul (notadamente no Suriname), África do Sul, Índias ocidental e oriental, etc. Para a América do Norte, Zinzendorf não só enviou missionários; ele próprio esteve lá, tendo contribuído

⁵¹ MORIN, 2001, p. 41.

⁵² MORIN, 2001, p. 44.

⁵³ MORIN, 2001, p. 44.

⁵⁴ CHAUI, 2014, p. 203.

⁵⁵ OLIVEIRA, 2001, p. 226.

também para que esse país se tornasse mais tarde, um grande celeiro de missionários.⁵⁶

Com o retorno da religião ao foco da pesquisa social e o constante crescimento de sua importância, o sentimento que aclamava o fim da ideia de sagrado norteando as ações humanas, que reinou nos séculos XVII, XVIII e XIX, perde espaço e a temática religiosa começa a se reincorporar na vida dos cidadãos do século XX.⁵⁷ Assim, a expansão do foco investigativo da religião pôde romper com a tradição simplista imposta pelo determinismo histórico e inserir-se no entendimento dos debates tidos como relevantes à vida social humana. Tal debate foi impulsionado devido à dedicação de importantes sociólogos ao tema.⁵⁸ De uma ameaça aos progressos humanos no fim da Idade Média, a religião passou a ser analisada, respeitada e valorizada como parte integrante do processo social humano.⁵⁹

Este novo foco culminou na estimulação de uma discussão no âmbito da tradição metodológica da Sociologia e da Filosofia e, de certa forma, abriu espaço para a consolidação e institucionalização da “Sociologia da Religião”, “Filosofia da Religião” e da “Ciência da Religião”. Ciência da Religião é uma disciplina empírica que busca uma investigação metódica da religião em todos os seus desdobramentos.⁶⁰ Um componente importante é o engajamento de seus representantes com os princípios da imparcialidade frente aos objetos de estudo.⁶¹ Não se interpela a “veracidade” ou a “propriedade” de uma fé religiosa. A partir da visão metodológica, religiões são complexos de essência solenemente congêneres. É especialmente tal característica epistemológica que diferencia a Ciência da Religião da Teologia.⁶²

A Ciência da Religião, antes de se tornar uma área de estudos independente, foi analisada a partir dos mais diversos olhares. William James, por exemplo, conhecido filósofo e psicólogo, estudou a religião sob essas perspectivas fazendo apologia à racionalidade da fé.⁶³ O economista e sociólogo Max Weber se dedicou aos estudos da religião sob a ótica socioeconômica em seu consagrado ensaio “A ética protestante e o espírito do capitalismo” (1904-1906),⁶⁴ que é aclamado como sendo a obra mais considerável do século XX. Émile Durkheim, considerado o pai da sociologia moderna, lançou, em 1912, um dos mais

⁵⁶ TUCKER, Ruth A. *Até os Confins da Terra*. São Paulo: Vida Nova, 1986, p. 73 - 75.

⁵⁷ CHAUI, 2014, p. 34.

⁵⁸ OLIVEIRA, 2001, p. 169.

⁵⁹ OLIVEIRA, 2001, p. 171.

⁶⁰ GRESCHAT, Hans-Jürgen. *O que é ciência da religião?* São Paulo: Paulinas, 2005, p. 23 - 24.

⁶¹ GRESCHAT, 2005, p. 160.

⁶² GRESCHAT, 2005, p. 23.

⁶³ OLIVEIRA, 2001, p. 228.

⁶⁴ OLIVEIRA, 2001, p. 228.

relevantes estudos da religião como evento social em seu trabalho “As formas elementares da vida religiosa”.⁶⁵ As obras e os autores citados devem ser lembrados, uma vez que marcam a investigação dos fenômenos partindo do pressuposto de uma Ciência da Religião genuína e não como extensão da Teologia ou da Filosofia.

1.3 A presença da religião na Constituição Brasileira

Aqui buscaremos analisar a relação entre o Estado Brasileiro e a Religião, focando na Constituição Brasileira e nos fatores históricos que influenciaram a mesma. Após a proclamação da Independência, a Constituição brasileira de 1824 determina:⁶⁶

Art. 5. A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior do Templo.

Art. 95. Todos os que podem ser Eleitores, abeis para serem nomeados Deputados. Exceptuam-se

I. Os que não tiverem quatrocentos mil réis de renda liquida, na fórmas Arts. 92 e 94.

II. Os Estrangeiros naturalisados.

III. Os que não professarem a Religião do Estado.

Art. 103. O Imperador antes do ser aclamado prestará nas mãos do Presidente do Senado, reunidas as duas Camaras, o seguinte Juramento - Juro manter a Religião Catholica Apostolica Romana, a integridade, e indivisibilidade do Imperio; observar, e fazer observar a Constituição Política da Nação Brasileira, e mais Leis do Imperio, e prover ao bem geral do Brazil, quanto em mim couber.⁶⁷

É de se observar que, mesmo reafirmando a religião Católica Apostólica Romana como a oficial do Estado Brasileiro, inclusive sendo necessário dela fazer parte para se alcançar os direitos plenos da cidadania, os textos da Constituição Brasileira de 1824 preveem liberdade àquele que queira vivenciar suas próprias experiências religiosas.

Em sete de janeiro de 1890, o Chefe do Governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, determina através do Decreto nº 119-A:

Art. 1º E' prohibido á autoridade federal, assim como á dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e criar diferenças entre os habitantes do país, ou nos serviços

⁶⁵ OLIVEIRA, 2001, p. 227.

⁶⁶ Textos antigos são citados com a grafia original.

⁶⁷ BRASIL. *Constituição Federal (1824)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

sustentados á custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas.

Art. 2º a todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos actos particulares ou públicos, que interessem o exercício deste decreto.

Art. 3º A liberdade aqui instituída abrange não só os indivíduos nos actos individuais, sinão também as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituírem e viverem collectivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder publico.

Art. 4º Fica extinto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas.

Art. 5º A todas as igrejas e confissões religiosas se reconhece a personalidade jurídica, para adquirirem bens e os administrarem, sob os limites postos pelas leis concernentes á propriedade de mão-morta, mantendo-se a cada uma o dominio de seus haveres atuais, bem como dos seus edifícios de culto.

Art. 6º O Governo Federal continua a prover á cônica, sustentação dos atuais serventuários do culto catholico e subvencionará por anno as cadeiras dos seminários; ficando livre a cada Estado o arbítrio de manter os futuros ministros desse ou de outro culto, sem contravenção do disposto nos artigos antecedentes.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrario.⁶⁸

Os sete parágrafos do decreto de Marechal Manoel Deodoro da Fonseca marcam, de forma oficial, a separação entre Estado e Igreja Católica e abre, assim, a possibilidade de reconhecimento de igrejas, com outro tipo de culto. Porém, entre todas as constituições que vigoraram no país, sem dúvidas, a carta de 1988 é a que traz maiores avanços para a liberdade religiosa, inclusive isentando de impostos, os templos de qualquer culto.

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI - instituir impostos sobre:

b) templos de qualquer culto;

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado..

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.⁶⁹

Ao ler os artigos dessa Constituição, percebe-se claramente a preocupação em deixar o cidadão livre quanto as suas convicções religiosas. Da mesma forma, seus artigos prezam a igualdade das religiões frente à legislação.

Após o século XVI, a história é marcada por alguns episódios de ruptura Estado – Igreja. Isso não se refere apenas ao rei Henrique VIII e sua Igreja Anglicana, mas também aos diversos eventos que deixaram marcas na separação entre o Estado cristão e a Igreja

⁶⁸ BRASIL. *Constituição Federal (1988)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao88.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

⁶⁹ BRASIL, *Constituição Federal (1988)*.

cristã.⁷⁰ Em 1517 eclode a Reforma Protestante, que reúne interesses da classe burguesa e corresponde aos pensamentos emancipacionistas de grupo de teólogos que há tempos já questionavam algumas posturas da mesma. Antes desse importante acontecimento, a população das classes menos favorecida mantinha-se submissa à vontade do clero, com medo de castigos eternos. Então, Martinho Lutero, João Calvino e Zuínglio, até então pouco conhecidos, começaram a ser influentes, dando início a uma série de ataques teológicos e ideológicos às manipulações bíblicas defendidas pela Igreja Católica, como a venda de indulgências.⁷¹

Essa nova visão teológica foi abraçada pela sociedade, principalmente pela classe burguesa que enxergou nela uma chance de tirar o monopólio econômico-social da época das mãos do clero, uma vez que a Igreja concentrava amplos poderes, não apenas na esfera religiosa, mas também nas esferas pública, política e social. Além de possuir terras e controlar a educação, a Igreja também manipulava tribunais de justiça, tamanho era o seu poder.⁷² Com isso a população, que já estava cansada de seguir cegamente as imposições do papado romano, começou a seguir a fé reformada, enfraquecendo a tutela católica na Europa.⁷³

Iniciou-se, assim, o fenômeno dos Estados que adotavam a fé reformada e criavam Igrejas nacionais, como a Igreja Reformada dos Países Baixos, a Igreja Luterana da Suécia ou a Igreja Presbiteriana da Escócia.⁷⁴ O Catolicismo Romano perdeu o domínio sobre diversas nações, sendo este um dos sintomas da crescente separação entre a Igreja Católica e os Estados Europeus. A união entre a sociedade e os reformadores mudou de forma contundente o cenário social, político e econômico da Europa dos séculos XVI e XVII e abriu caminho para outras mudanças que vieram. Os Estados se tornaram independentes da tutela de Roma e do Sacro Império, para, por sua vez, tornarem-se os protetores da religião de seu território.⁷⁵

O processo de separação Igreja – Estado passa também pela Revolução Francesa, que teve início em 1789 e pregava enfaticamente o anticlericalismo.⁷⁶ Os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, que os revolucionários franceses bradavam em seus discursos antirreligiosos, perpetuaram a visão iluminista de que é possível firmar valores

⁷⁰ PIERUCCI, 2012, p. 89.

⁷¹ GEORGE, Timothy. *A Teologia dos Reformadores*. Vida Nova, São Paulo, 2009, p. 91.

⁷² MONDIN, Battista. *Curso de Filosofia*. São Paulo: Paulus, 2006. p. 30.

⁷³ MONDIN, 2006, p. 33.

⁷⁴ MONDIN. 2006, p. 39-42.

⁷⁵ MONDIN. 2006, p. 30.

⁷⁶ COTRIM, Gilberto. *História Global*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 87.

universais, independentemente da chancela divina. A partir daí, países como a Itália e a Polônia aderiram ao conceito humanista de “homem como a medida de todas as coisas”,⁷⁷ mantendo Estado e Igreja separados. Já outras nações, como Inglaterra e Suíça, mantiveram uma religião oficial e suas respectivas igrejas. Esses princípios nortearam os ideais republicanos e as Constituições Nacionais. Nesse contexto também surge o princípio da neutralidade religiosa, que propõe que as leis devem ser aplicadas, sem levar em consideração o princípio religioso do cidadão.⁷⁸

No Brasil, as Constituições preveem a existência do pluralismo religioso e protegem o direito do cidadão em prestar o seu culto. A Constituição Imperial de 1824 foi a primeira do Brasil. Ela concede à Igreja Católica o status de religião oficial do Estado, porém não priva as outras religiões do seu direito a culto. O artigo 5^a dessa Constituição diz:

A religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo.⁷⁹

Na época do Brasil império, as religiões não católicas eram apenas toleradas, porém com a chegada de diversas igrejas como presbiteriana, congregacional, luterana, batista e outras, o processo de ampliação da liberdade religiosa ganhou força até que, em 1891, a primeira Constituição republicana marca uma ruptura entre Igreja e Estado, além de pôr fim aos privilégios da Igreja Católica.

§ 3º - Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observados as disposições do direito comum.

§ 4º - A República só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita.

§ 5º - Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral pública e as leis.

§ 6º - Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.

§ 7º - Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União, ou dos Estados.⁸⁰

⁷⁷ Frase do sofista grego Protágoras, que expressa a noção do relativismo, que cada pessoa compreende uma coisa da sua maneira específica. CHAUÍ, 2014, p. 44.

⁷⁸ PIERUCCI, 2012, p. 89.

⁷⁹ BRASIL, Constituição Federal (1824).

⁸⁰ BRASIL, Constituição Federal (1891).

Em 1934, a Constituição não entende o catolicismo como religião oficial, mas cede a seus anseios, estabelecendo o Ensino Religioso escolar e a capelania nas forças armadas e nos hospitais.

Em 10 de novembro de 1937, a quarta Constituição Brasileira, estabelecendo o regime conhecido como Estado Novo, prevê a igualdade para todos os princípios religiosos. O parágrafo 4º do artigo 122 da Constituição de 1937 estabelece que:

Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum, as exigências da ordem pública e dos bons costumes.⁸¹

Em 1964, aconteceu no Brasil o golpe militar, fazendo o país perder as garantias dos direitos fundamentais, mas a Constituição de 1967 assegura em seu artigo 5º que: “É plena a liberdade de consciência e fica assegurado aos crentes o exercício dos cultos religiosos, que não contrariem a ordem pública e os bons costumes”.⁸²

A Carta de 1960 manteve o teor da Constituição de 1967. Deu liberdade religiosa e não fez distinção entre os diversos segmentos de fé existentes no país. Porém, a plena liberdade religiosa só foi alcançada em 1988 com a promulgação da Constituição que vigora em nossos dias.

Nos artigos 5º e 19º da Constituição Brasileira de 1988 se lê:

Art. 5º

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II- ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

⁸¹ BRASIL. Constituição Federal (1937).

⁸² BRASIL. *Constituição Federal (1967)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

Art. 19

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;⁸³

Trechos como os artigos 5^a e 19^a citados acima compõem o chamado “Princípio da Neutralidade Religiosa”.⁸⁴ Longe de um consenso, juristas, acadêmicos e líderes religiosos travam debates constantes - que invadem a mídia, as universidades, as ruas e os órgãos públicos - sobre esse princípio e sobre a possibilidade de sua aplicação.

Esse princípio deve reger tudo que for público no Brasil e atingir todas as correntes religiosas de igual forma, não privilegiando nenhuma ideologia ou crença religiosa. É importante frisar que, embora a lei não tenha uma religião, o cidadão brasileiro tem.⁸⁵ Assim sendo, é inevitável que as influências religiosas que nos foram deixadas, marquem a Constituição Brasileira.

Os valores essenciais defendidos pela Constituição de 1988 tratam tanto da identidade do ser humano quanto da forma como o Estado deve se relacionar com o cidadão e vice-versa.⁸⁶ Esses valores são resumidamente: a igualdade como princípio social; a dignidade humana; a racionalidade humana, sua consciência moral e sua falibilidade; a consequente necessidade de limitação e controle do poder e a existência e eficácia da justiça. De acordo com profissionais das áreas do Direito, Filosofia, História e Sociologia, a associação desses valores a uma filosofia judaico-cristã do direito é inescapável, tanto histórica quanto epistemologicamente. Jônatas Machado afirma que, se o Estado Constitucional fosse arrancado à sua raiz judaico-cristã, suas afirmações de valor perderiam seu fundamento racional e moral. Essas afirmações de valor também ficariam entregues ao subjetivismo, ao arbítrio e à precariedade das “construções sociais”, edificadas por diferentes comunidades políticas e grupos de interesses. Disso decorre a afirmação de que o Estado Constitucional deveria ser racionalmente sustentado a partir de

⁸³ BRASIL, Constituição Federal (1988).

⁸⁴ PIERUCCI, 2012, p. 89.

⁸⁵ MACHADO, Jônatas. *Estado Constitucional E Neutralidade Religiosa*. São Paulo: Livraria do advogado, 2013, p. 17.

⁸⁶ MACHADO, 2013, p. 17.

um constitucionalismo teísta, indexado às afirmações morais fundamentais da matriz judaico-cristã.⁸⁷

Por isso é importante analisar que tal avanço se encaixa na visão de secularização de Cox.

A secularização é um processo libertador. Esta expulsa as opressões antigas e destrona as convenções frustrantes. Coloca nas mãos do homem a sua vida social e cultural, exigindo deste um emprego constante de competência e visão (...). A teologia é um empreendimento vivo. O evangelho não chama o homem a regressar a um estágio prévio do seu desenvolvimento. Não convoca o homem de volta à dependência, ao medo e à religiosidade. È, antes, um chamado à urbanidade imaginativa e à secularidade madura. Não é um chamado ao homem abandonar o seu interesse pelos problemas deste mundo, mas um convite a aceitar todo o peso dos problemas deste mundo como um dom do seu Criador. È um chamado a ser um homem desta era técnica, com todas as suas implicações, procurando transformá-la numa residência humana para todos os que vivem dentro dela.⁸⁸

1.4 O estado laico

Polêmicas envolvendo a laicidade da nação brasileira são constantes. Opiniões sobre o assunto não faltam, mas, sim, uma base argumentativa que leve em conta tanto a definição e possibilidade de aplicação dessa laicidade, quanto o contexto histórico em que ela surge - uma vez que muitos a consideram um princípio fundamental do Estado de direito e sinal de uma sociedade evoluída. Para avaliar isso, deve-se começar com uma definição.

Um Estado laico é aquele cujo poder constituído garante liberdade religiosa a todo cidadão, sem privilegiar nem discriminar nenhuma religião ou crença e sem permitir que qualquer princípio religioso interfira nos processos decisórios que estabeleçam, apliquem ou interpretem os direitos e deveres sociais. (incisos I a VIII do artigo 5º da Constituição Federal brasileira de 1988).⁸⁹

Mas existem fatos religiosos que direcionam as vidas das pessoas, guiam seus dias, inspiram seus hábitos, fazem-se presentes em seu cotidiano das mais diversas formas e que passam de maneira despercebida aos seus olhares. Possivelmente, o indivíduo nasce com essas presenças marcando seus dias, de modo que, muitas vezes, sinta dificuldades de isolá-las do contexto imediato em que lhe são apresentadas.⁹⁰

⁸⁷ MACHADO, 2013, p. 17.

⁸⁸ COX, 2015, p. 35.

⁸⁹ MACHADO, 2013, p. 65.

⁹⁰ PIERUCCI, 2012, p. 91.

Ao consultar o calendário⁹¹ usado na República Federativa do Brasil durante o ano de 2015, pode-se observar que, ao longo de todo o ano, foram reservados onze dias para comemorações de feriados. Isso em nível nacional, sem contar as comemorações nos âmbitos estaduais e municipais. As festas comemoradas em todo o país foram: dia 1º de janeiro: Confraternização Universal; dia 17 de fevereiro: Carnaval; dia 3 de abril: Paixão de Cristo; dia 21 de abril: Tiradentes; dia 1º de maio: dia do Trabalhador; dia 4 de junho: *Corpus Christi*; dia 7 de setembro: Independência do Brasil; dia 12 de outubro: Nossa Senhora Aparecida; dia 2 de novembro: Finados; dia 15 de novembro: Proclamação da República; dia 25 de dezembro: Natal.

Dos onze feriados listados acima, seis estão vinculados à tradição cristã, mormente católica. São eles: Carnaval, Paixão de Cristo, *Corpus Christi*, Nossa Senhora Aparecida, Finados e Natal. Diversos desses feriados têm ares de comemoração histórico-cultural, perdendo a essência religiosa e ganhando apoio da mídia e do comércio, que usam tais dias para alavancar as vendas com lançamento de novos produtos.⁹²

Ao se falar em Páscoa na atual sociedade brasileira, por exemplo, deparamos-nos com um cenário duplo: um gerado pela tradição religiosa e outro, pelo comércio. Isso, porém, não significa que um exclua o outro. A religião cristã propaga que a Páscoa é o período de se lembrar da ressurreição de Jesus.⁹³ Por outro lado, há anos a figura do coelho da Páscoa, do panetone, do ovo de chocolate, da ceia pascoal repleta de quitutes, especialmente preparados para a ocasião, divide o espaço com os preceitos cristãos.⁹⁴

Mas, mesmo com a expansão dessa nova visão consumista da Páscoa, a tradição de se lembrar da morte e da ressurreição de Cristo ainda é fortemente mantida. A população brasileira é, segundo o último senso, 90% cristã; isso revela que há uma incorporação de novas ideias, sem deixar de lado os princípios religiosos.⁹⁵ Tal fenômeno se revela quando o mesmo fiel que for à celebração religiosa da Sexta-Feira da Paixão, por vezes, após um longo período de restrição de alimentos devido à Quaresma, volta e se reúne com a família ao redor de uma grande ceia. Ocorre também quando os fiéis que se dirigem pela manhã bem cedo para a missa do Domingo de Páscoa, a fim de celebrar a

⁹¹ Calendário Gregoriano. Em anexo.

⁹² FOLHA DE SÃO PAULO. *Entidades do comércio registram em 2015 o pior natal da década*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/12/1723640-entidades-do-comercio-registram-em-2015-o-pior-natal-da-decada.shtml>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

⁹³ KASCHEL, Werner. *Dicionário expandido da Bíblia de Almeida*. 2 ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2005, p. 93.

⁹⁴ VERSIGNASSI, Alexandre. Quem matou Jesus? *Revista Super Interessante*. São Paulo, a. XV, n. 199, abril 2004, p. 17-29.

⁹⁵ VERSIGNASSI, 2004, p. 17.

ressurreição de Jesus Cristo, reúnem-se com a família e com os amigos para a troca de ovos de Páscoa.

Outro feriado bem-quisto pela sociedade brasileira é o Natal.⁹⁶ A princípio, o dia de Natal é uma celebração essencialmente cristã, na qual é lembrado o nascimento de Jesus. Sendo Jesus a figura central do cristianismo, é natural que seus seguidores consagrem um dia para ele.⁹⁷ Porém, há décadas, pode-se observar uma mudança na comemoração desse dia. Assim como na Páscoa, novas figuras foram incorporadas também à celebração natalina: a ceia de Natal com todas as suas delícias (peru, frango assado, vinho, bacalhau, castanhas, doces, etc.); a tradição de trocar presentes; os piscapiscas; a árvore de Natal e a figura do Papai Noel.⁹⁸

No período natalino, os sentimentos festivos das compras de presentes e comidas típicas da data são impulsionados pela alegria do encerramento do ano e a esperança da chegada do Ano Novo. Mas, mesmo com toda essa comemoração de fim de ano, a tradição cristã não perde o seu espaço.⁹⁹ As igrejas fazem encenações com a participação massiva da sociedade¹⁰⁰; presépios são montados por todos os lados. Inclusive em diversos municípios é possível encontrar “presépios vivos”, como por exemplo, na cidade de Santa Branca, no interior do Estado de São Paulo;¹⁰¹ hinos saudando o nascimento do Menino Jesus são ouvidos pelas ruas; cantatas são realizadas ao ar livre e até nas árvores de Natal são cantadas canções, relembrando a “noite feliz”.¹⁰²

Além das datas comemorativas oficiais de âmbito nacional, existem tradições locais que romperam a barreira regional e alcançaram notoriedade em todo Brasil e, em alguns casos, até ganharam o mundo. Um exemplo disso é a festa de São João, que hoje não se restringe aos estados nordestinos, mas ganhou diversos Estados da Federação.¹⁰³ A festa ganhou também o mês de julho. Outra mudança que pode ser notada na citada festa é

⁹⁶ CALENDARR. *Calendário do Brasil*. Disponível em: <<http://www.calendarr.com/brasil/natal/>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

⁹⁷ KASCHEL, 2005, p. 93.

⁹⁸ CALENDARR. Acesso em: 20 jun. 2016.

⁹⁹ LUTERANOS. *O nascimento de Jesus*. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/criancas-encenam-o-nascimento-de-jesus-em-presepio-vivo>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

¹⁰⁰ PARÓQUIA DA POMPÉIA. *Presépio vivo*. Disponível em: <<http://www.paroquiadapompeia.com.br/site/presepio-vivo-2012>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

¹⁰¹ GLOBO. *Presépio de Santa Branca*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2013/12/moradores-mantem-viva-tradicao-de-montar-presepios-em-santa-branca.html>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

¹⁰² SANTA BRANCA. *Cidade presépio*. Disponível em: <http://santabranca.sp.gov.br/?page_id=1170>. Acesso em: 25 jun. 2016.

¹⁰³ O RIO DE JANEIRO. *Festa junina*. Disponível em: <<http://www.oriodejaneiro.com/festajunina-htm/>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

a abertura para novos ritmos musicais como o *funk* carioca, o Sertanejo Universitário e outros; A festa de São João há muito deixou de ser uma celebração Católica Romana, dedicada a João Batista. Até mesmo igrejas protestantes e evangélicas realizam esta festa.¹⁰⁴

Assim como os feriados nacionais, também expressões idiomáticas do dia-a-dia mostram como valores religiosos são integrados na cultura do país. Expressões como “Graças a Deus!”, “Se Deus quiser!”, “Meu pai do céu!”, “Nossa Senhora!”, “Minha mãe do céu!”, “Jesus amado!”, “Misericórdia!”, “Virgem Maria!”, “Creio em Deus Pai!”, “Sangue de Jesus tem Poder!”, “Meu padim Padre Cícero!”, “São Braz!”, “Santa Bárbara!”, e muitas outras são interjeições comuns no cotidiano das pessoas.¹⁰⁵ Ao utilizá-las, o interlocutor não mais confessa ser adepto das tradições religiosas que deram origem a estas expressões. Estas, simplesmente, reproduzem informações que foram recebidas e não mais se ligam ao sentido original.¹⁰⁶ O que ocorre geralmente, é a reprodução de costumes que foram traçados muito antes do nascimento da pessoa. É natural, pois, que esses costumes exerçam um poder coercitivo. O sociólogo Émile Durkheim faz essa análise:

É um fato social toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coação exterior; ou ainda, ‘que é geral no conjunto de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais’. (...) Todas as maneiras de ser, fazer, pensar, agir e sentir desde que compartilhadas coletivamente. Variam de cultura para cultura e tem como base a moral social, estabelecendo um conjunto de regras e determinando o que é certo ou errado, permitido ou proibido.¹⁰⁷

Andar pela cidade do Rio de Janeiro sem ver a imagem do Cristo Redentor sobre o morro do Corcovado é uma missão quase impossível. A obra de arte inaugurada no dia 12 de outubro de 1931, dia dedicado à Nossa Senhora Aparecida,¹⁰⁸ reina absoluta sobre a Baía da Guanabara, a 709 metros acima do nível do mar, e de tão espetacular, a imagem se tornou um cartão postal do Rio de Janeiro e do Brasil.¹⁰⁹ Tamanha é a sua importância que, em 2007, a imagem foi eleita como uma das sete maravilhas do mundo

¹⁰⁴ GOSPEL MAIS. *Festas juninas evangélicas*. Disponível em: <<http://noticias.gospelmais.com.br/silas-malafaia-versao-gospel-festas-juninas-foco-jesus-54880.html>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

¹⁰⁵ NAVARRO, Fred. *Dicionário do Nordeste*. Alagoas: Estação Liberdade, 2004, p.67-69.

¹⁰⁶ NAVARRO, 2004, p. 18.

¹⁰⁷ DURKHEIM, É. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Presença, 1998, p. 21.

¹⁰⁸ CRISTO REDENTOR OFICIAL. *A história em um clique*. Disponível em: <<https://cristoredentoroficial.com.br/a-historia-em-um-clique>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

¹⁰⁹ CRISTO REDENTOR OFICIAL. Acesso em: 25 jun. 2016.

contemporâneo.¹¹⁰ Mas o que poucos sabem é que, na realidade, a estátua de *art déco* é um santuário cristão construído a partir de mobilizações nascidas desde 1889, que ganharam força em 1920 com o Circuito Católico do Rio de Janeiro, que organizou o evento chamado “Semana do Monumento”, mobilizando a população a apoiar e a doar.¹¹¹

No início, a obra enfrentou uma forte oposição por parte da população, principalmente por parte das igrejas protestantes. O *site* da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo narra um pouco dessa história.

(...) nem tudo foi unânime na realização do imponente monumento. Os denominados evangélicos resolveram se insurgir contra a obra. Em 22 de março de 1923, seguidores da igreja Batista declararam, em nota publicada em O Jornal Batista, órgão oficial da Convenção Batista Brasileira, seu desgosto quanto à construção do Cristo Redentor. A nota afirmava que a construção ‘será, a um tempo, um atestado eloquente de idolatria da igreja de Roma’. Os dirigentes dos batistas chegaram a propor que o dinheiro arrecadado fosse usado na construção de uma obra beneficente. Apesar das críticas, a igreja Católica sempre se manteve firme em sua posição, argumentando jamais ter adotado a idolatria em sua doutrina, esclarecendo sempre que as imagens de santos em suas igrejas são vistas por seus fiéis como exemplos de fé a serem seguidos.¹¹²

Hoje a história é bem diferente. Cristãos evangélicos e protestantes de todo o mundo visitam o Cristo Redentor e, mesmo com a transformação da imagem em Santuário Católico em 12 de outubro de 2006, missas e visitas de Papas, a estátua continua recebendo turistas de todos os credos. Segundo a Arquidiocese do Rio de Janeiro, responsável pela administração do santuário, o Cristo Redentor é um importante marco Católico.

O Santuário do Cristo Redentor é o primeiro santuário a céu aberto do mundo! Símbolo nacional dos sentimentos cristãos do país, é um espaço originalmente sagrado, que contou com grande participação dos fiéis e empenho da população do Rio de Janeiro para a sua ereção.

Ao Corcovado — monte em que está situado, de onde se contempla a beleza natural do Parque Nacional da Tijuca e de onde se tem uma visão privilegiada da Cidade Maravilhosa — afluem pessoas de todos os povos, com necessidades espirituais. A elas, o Cristo de pedra-sabão acolhe, de braços abertos, para que sua presença real, em corpo e sangue, alma e divindade, viva na Capela Nossa Senhora Aparecida, toque seus corações.

Lugar de celebrações culturais, de evangelização, de caridade, de cultura, de diálogo ecumênico e inter-religioso, de peregrinação e de ecologia, oferece, em

¹¹⁰ REVISTA SUPER INTERESSANTE. São Paulo: Abril, 2015. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/voce-sabe-quais-sao-as-novas-sete-maravilhas-do-mundo-confira-aqui>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

¹¹¹ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Cristo redentor*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=310849>>. Acesso em: 19 jun. 2016

¹¹² ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Acesso em 19 mar. 2016.

suas atividades religiosas, de forma mais abundante, os meios de salvação aos homens.¹¹³

A obra está hoje ligada ao contexto da cidade do Rio de Janeiro. Para a grande maioria da população, esse feito de engenharia é mais cultural e turístico do que propriamente religioso.¹¹⁴

No Brasil, isso ocorre também com outro símbolo religioso, a cruz, facilmente encontrada nos espaços públicos e privados, sendo inclusive alvo de ações judiciais para que esse símbolo cristão fosse retirado de repartições públicas como delegacias, Câmaras Municipais, Prefeituras, Assembleias Legislativas Estaduais, salas de audiência de Tribunais de Justiça e outros espaços públicos.¹¹⁵

Uma das tentativas para a retirada desses símbolos aconteceu em 1991, quando o senhor Antônio Carlos de Campos Machado entrou com um mandado de segurança contra a decisão do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo de retirar os símbolos religiosos da casa legislativa. No julgamento, o Tribunal de São Paulo entendeu pela não retirada do crucifixo, mas, em sua decisão, alertou que o lugar não é um ambiente de culto.¹¹⁶

Em 2007, o Conselho Nacional de Justiça recebeu uma representação da ONG “Brasil Para Todos” contra a presença dos símbolos religiosos em lugares públicos, especialmente em tribunais e Assembleias Legislativas. O Conselho Nacional de Justiça deu parecer favorável à presença dos crucifixos nos lugares públicos, afirmando que os mesmos “são mais símbolos tradicionais e culturais do que religiosos”.¹¹⁷

Essa posição do CNJ nos leva a refletir sobre o Estado laico brasileiro. O Brasil é um país laico, mas não um país antirreligioso. Muito se fala sobre o Estado laico, mas poucos conhecem o que significa esse conceito. A liberdade religiosa e o livre direito de prestar culto religioso são protegidos pela Constituição Federal. No artigo cinco consta: “VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e às suas liturgias”.¹¹⁸

¹¹³ CRISTO REDENTOR OFICIAL. Acesso em: 19 mar. 2016.

¹¹⁴ CRISTO REDENTOR OFICIAL. Acesso em: 20 jun. 2016.

¹¹⁵ JUSTIÇA BRASIL. *O crucifixo nos lugares públicos*. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/21288/os-crucifixos-e-o-judiciario-brasileiro-religiao-historia-ou-cultura>>. Acesso em: 19 mar.2016.

¹¹⁶ JUSTIÇA BRASIL. Acesso em: 19 mar. 2016.

¹¹⁷ CONSULTOR JURÍDICO. *A laicidade não expressa eliminação dos símbolos religiosos*. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2009-ago-21/laicidade-nao-expressa-eliminacao-simbolos-religiosos>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

¹¹⁸ BRASIL. *Constituição Federal (1988)*.

O conceito precisa ser esclarecido, para evitar que se saia do âmbito da laicidade e se comece a defender a bandeira do laicismo, criando, assim, uma cruzada contra a liberdade religiosa.¹¹⁹ Certo é que a liberdade religiosa é assegurada no país. Isso significa que todas as religiões são iguais perante o Estado e que esse não tem poder de interferir nos assuntos restritos à religião. Segundo declaração própria, o ministro do STF Gilmar Mendes não julgaria a favor de ação que solicitasse a retirada de símbolos religiosos de espaço público. Essa declaração mostra um pensamento defendido por alguns especialistas e profissionais do Direito, de que o Estado é laico, porém o cidadão não é.¹²⁰ O cidadão tem seus princípios religiosos, suas crenças e convicções, e enquanto administradores públicos, isso deve ser respeitado.¹²¹

É importante conhecer essa liberdade que a Constituição Federal nos dá de lidarmos com as heranças religiosas que temos. Não existe base para o perfil antirreligioso que alguns querem implantar em nosso país. O povo brasileiro é religioso desde sua origem.¹²² A sua história é composta basicamente pela mistura de diversas crenças, tendo por base o Cristianismo e as culturas afrodescendentes.¹²³ Agora, mais do que nunca, há no país um grande pluralismo religioso.¹²⁴ Isso faz com que o cidadão tenha que conviver com princípios religiosos diferentes. Isso geralmente acontece de forma harmônica, como no caso da lavagem da escadaria da igreja de Nosso Senhor do Bonfim, onde se mesclam tradições católico-romanas e africanas.¹²⁵

A partir do exposto até aqui, cabe perguntar como as tradições religiosas influenciaram e ainda influenciam o cotidiano da educação brasileira. É o que veremos no próximo capítulo.

¹¹⁹ Um estado Laico é aquele em que busca a igualdade nas manifestações e na vivência de todos os cidadãos, o religioso e o não religioso têm os mesmos direitos. Já o Estado baseado no laicismo exclui qualquer tipo de manifestação religiosa. CESARE, Paulo Henrique. *Religião e Estado: Estado Laico é diferente de Estado antirreligioso*. São Paulo: Consultor Jurídico, 2012. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2012-mar-21/estado-laico-nao-sinonimo-estado-antirreligioso-ou-laicista>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

¹²⁰ Esse pensamento defende que o cidadão tem o direito de expressar seus princípios religiosos mesmo enquanto servidor público. CONSULTÓRIO JURÍDICO. *Estado Religioso*. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-mai-27/leia-palestra-ministro-gilmar-mendes-estado-religioses>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

¹²¹ CONSULTÓRIO JURÍDICO. *Estado Religioso*. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-mai-27/leia-palestra-ministro-gilmar-mendes-estado-religioses>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

¹²² PIERUCCI, 2012, p. 88.

¹²³ PIERUCCI, 2010, p. 87.

¹²⁴ PIERUCCI, 2010, p. 87.

¹²⁵ PIERUCCI, 2010, p. 94.

2 A LDB E O CURRÍCULO BÁSICO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A história da educação brasileira começa oficialmente com os jesuítas.¹²⁶ A princípio, a Companhia de Jesus dedicou-se a catequizar os índios e a implantar um sistema educacional que permitisse educá-los. Isso não significa que os índios não tinham um sistema que permitisse a passagem do conhecimento, porém o método indígena não se encaixava no padrão europeu. Com isso, em 1549, o padre Manuel da Nóbrega chefiava a primeira missão para alfabetizar os índios brasileiros. Assim começa o processo sistematizado de transmissão de conhecimento.¹²⁷

Dessa forma além dos conhecimentos de educação básica, os professores transmitiam também a doutrina cristã.¹²⁸ Eles procuravam ensinar aos índios os costumes portugueses: como a cultura, a língua e o cristianismo.¹²⁹ Este modelo se estendeu de 1549 até 1759, quando os jesuítas são expulsos do país, e é instituído o ensino laico através das reformas educacionais de Pombal, que buscou trazer a educação para o controle do Estado, secularizar a educação e padronizar o currículo.¹³⁰

Pouco tempo após, em 1772 foi instituído, oficialmente, o ensino público no Brasil.¹³¹ Tal feito foi importante, porém não impulsionou a abertura da educação para toda a população; Negros, escravos e seus descendentes continuavam excluídos da possibilidade de frequentar os bancos escolares.¹³² O ensino público manteve o ensino religioso.¹³³

No século XIX acontece o maior passo da educação em nosso solo brasileiro.¹³⁴ Com a chegada da família Real e toda a Corte Portuguesa ao Brasil, ocorre a implantação de um grande sistema educacional, algo que fracassou durante os 300 anos anteriores. Com a vinda de Dom João VI, o Brasil foi agraciado com a abertura de Academias

¹²⁶ ARRUDA, José; PILETTI, Nelson. *Toda a História: História Geral e História do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 76.

¹²⁷ ARRUDA; PILETTI, 2007, p. 77.

¹²⁸ ARRUDA; PILETTI, 2007, p. 77.

¹²⁹ ARRUDA; PILETTI, 2007, p. 76.

¹³⁰ Mudanças realizadas pelas medidas administrativas de Marques de Pombal. A origem e o desenvolvimento histórico da educação pública no Brasil são estritamente ligados às ações reformistas empreendidas pelo Marquês de Pombal durante o seu governo de Portugal e possessões, no período colonial, notadamente por meio do banimento do trabalho missionário e catequético empreendido pela Companhia de Jesus. MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 56.

¹³¹ MAXWELL, 1996, p. 61.

¹³² MAXWELL, 1996, p. 61.

¹³³ ARRUDA; PILETTI, 2007, p. 81.

¹³⁴ ARRUDA; PILETTI, 2007, p. 83.

Militares, Escolas Superiores, do Jardim Botânico, da Imprensa Régia, do Museu Real, da Biblioteca Real e outras instituições.¹³⁵ Certo é que tudo isso foi feito para atender as exigências da família real, mas tais mudanças foram cruciais para a educação no Brasil, pois em diversas outras colônias latino-americanas já existiam universidades, como a Universidade de São Domingos, que data de 1538. Em contrapartida, a primeira Universidade Brasileira é a Universidade Federal do Amazonas, fundada em 1909.¹³⁶

2.1 Cenário da educação nacional

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) orienta e define o sistema educacional no Brasil baseado na Constituição Federal.¹³⁷ A constituição de 1934 fez a primeira citação do termo LDB, e a primeira LDB foi criada em 1961, atualizada em 1971, e mais recentemente em 1996.¹³⁸

A Constituição Brasileira de 1891, a primeira do estado nacional republicano e a segunda promulgada no país, teve como principal objetivo o zelo pelas autonomias das estruturas federativas.¹³⁹ Ao longo do texto é estabelecido que apenas o Ensino Superior da capital e a instrução militar seriam deveres exclusivos da Federação; cabia à Federação, mas não de maneira exclusiva, a função de “animar, no país, o desenvolvimento das letras, artes e ciências” e implantar instituições de ensino nos Estados.¹⁴⁰

Art.34 - Compete privativamente ao Congresso Nacional:

30. Legislar sobre a organização municipal do Distrito Federal, bem como sobre a policia, o ensino superior e os demais serviços que na Capital forem reservados para o Governo da União

Art 35 - Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente:

1º) velar na guarda da Constituição e das leis e providenciar sobre as necessidades de caráter federal;

2º) animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e comércio, sem privilégios que tolham a ação dos Governos locais;

3º) criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados;

4º) prover a instrução secundária no Distrito Federal.¹⁴¹

¹³⁵ ARRUDA; PILETTI, 2007, p. 83.

¹³⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. *A história da Universidade*. Disponível em: <<http://www.ufam.edu.br/historia-da-ugm>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

¹³⁷ BRASIL. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. 7 ed, 2012, p. 7.

¹³⁸ BRASIL. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. 7 ed, 2012, p. 7.

¹³⁹ BRASIL, *Constituição Federal* (1891). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 20 mar. 2016.

¹⁴⁰ Texto citado em português antigo sem sofrer alteração.

¹⁴¹ BRASIL, *Constituição Federal* (1891). Acesso em 20 mar. 2016.

É oportuno salientar que tanto na Constituição supracitada quanto na Constituição de 1824 (Constituição Política do Império do Brasil) que a antecedeu não há nenhuma menção à educação. Os assuntos educacionais eram tratados nas instâncias judiciais, através de um setor conhecido como Departamento Nacional de Educação.¹⁴² Até que, em 14 de novembro do ano de 1930, pelo decreto número 19.402 é criado, pelo então Presidente da República Getúlio Vargas, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, órgão encarregado pelo estudo e desenvolvimento de casos ligados à Saúde Pública e ao Ensino em solo nacional.¹⁴³

Em 16 de junho de 1934, é promulgada, pela Assembleia Nacional Constituinte, a terceira Constituição Brasileira, trazendo em sua epígrafe a frase: “para organizar um regime democrático, que assegure à Nação, a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico”.¹⁴⁴ Mesmo esta vigindo, apenas três anos, e nunca tendo seus princípios aplicados de forma oficial, esta Constituição foi um marco significativo para os avanços da educação brasileira, pois pela primeira vez é atribuído à Nação “o dever de traçar as diretrizes da educação nacional”.¹⁴⁵

Na mesma forma os textos da Constituição Federal de 1934 delega à União a responsabilidade de “fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino em todos os graus e ramos, comuns e especializados” para “coordenar e fiscalizar a sua execução em todo território do país”.¹⁴⁶ A essa busca para uma elaboração de um plano nacional de educação eficiente foi reservado um capítulo inteiro dessa Constituição. O artigo 5º dessa Constituição diz que compete à União traçar as diretrizes da educação nacional, e o Capítulo II, que traz como subtítulo “Da Educação e da Cultura”, diz:

CAPÍTULO II

Da Educação e da Cultura

Art 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

Art 150 - Compete à União:

a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País;

¹⁴² BRASIL, Constituição Federal (1934).

¹⁴³ BRASIL, Constituição Federal (1934).

¹⁴⁴ BRASIL, Constituição Federal (1934).

¹⁴⁵ BRASIL, Constituição Federal (1934).

¹⁴⁶ BRASIL, Constituição Federal (1934).

Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras *a e e*, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas:

- a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos;
- b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível;
- c) liberdade de ensino em todos os graus e ramos, observadas as prescrições da legislação federal e da estadual;
- d) ensino, nos estabelecimentos particulares, ministrado no idioma pátrio, salvo o de línguas estrangeiras;
- e) limitação da matrícula à capacidade didática do estabelecimento e seleção por meio de provas de inteligência e aproveitamento, ou por processos objetivos apropriados à finalidade do curso;
- f) reconhecimento dos estabelecimentos particulares de ensino somente quando assegurarem a seus professores a estabilidade, enquanto bem servirem, e uma remuneração condigna.

Art 151 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal organizar e manter sistemas educativos nos territórios respectivos, respeitadas as diretrizes estabelecidas pela União.

Art 152 - Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, elaborar o plano nacional de educação para ser aprovado pelo Poder Legislativo e sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias para a melhor solução dos problemas educativos bem como a distribuição adequada dos fundos especiais.

Parágrafo único - Os Estados e o Distrito Federal, na forma das leis respectivas e para o exercício da sua competência na matéria, estabelecerão Conselhos de Educação com funções similares às do Conselho Nacional de Educação e departamentos autônomos de administração do ensino.¹⁴⁷

Em 10 de Novembro de 1937, o então Presidente da República Getúlio Vargas outorga a “Polaca”, apelido da quarta Constituição Federal pós-independência.¹⁴⁸ Ela segue delegando à União a responsabilidade de oferecer ensino para a população, como também zelar pela qualidade de tal educação.

Art 129 - À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.¹⁴⁹

No mesmo dia em que foi promulgada esta Constituição, Getúlio dá um golpe de Estado e instala o “Estado Novo”, fechando o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais.¹⁵⁰ Os governadores estaduais que comungaram com

¹⁴⁷ BRASIL. Constituição Federal (1934).

¹⁴⁸ SILVA, Paulo S. *A Polaca*. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/a-polaca>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

¹⁴⁹ BRASIL. Constituição Federal (1937).

¹⁵⁰ SILVA, Paulo S. *A Polaca*. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/a-polaca>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

as ideias do “Estado Novo” foram mantidos, os que eram contrários foram substituídos.¹⁵¹ O governo do Estado Novo era adepto da ideia de que, para alavancar o desenvolvimento do país, precisava-se de eficiência e racionalidade. Isso foi bom para a educação no Brasil, uma vez que através de tais ideais originaram-se estruturas como o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).¹⁵²

Essa constituição dedicou uma seção específica aos assuntos relacionados à cultura e à educação em solo nacional, intitulada “Da Educação E Da Cultura”, que compreende os artigos 128 até 134.

Art 128 - A arte, a ciência e o ensino são livres à iniciativa individual e a de associações ou pessoas coletivas públicas e particulares.

É dever do Estado contribuir, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outro, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino.

Art 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público.

Art 130 - O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar.

Art 131 - A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência.

Art 132 - O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas; e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento, dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação.

Art 133 - O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos.

¹⁵¹ SILVA, Paulo S. A *Polaca*. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/a-polaca>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

¹⁵² BRASIL. Constituição Federal (1937).

Art 134 - Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.¹⁵³

Em dezoito de setembro de 1946, a Assembleia Constituinte declara a promulgação da Constituição Brasileira de 1946, elaborada por Eurico Gaspar Dutra, então Presidente da República.¹⁵⁴ Em seu texto, ela retoma os direitos retirados da Constituição de 1937. Apesar de avanços nas áreas sociais, as propostas para a educação e o ensino ficaram parecidas com as já feitas em 1937. Nessa Constituição foram 15 os artigos dedicados às questões do ensino.

Art 166 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

Art 167 - O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos Poderes Públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem.

Art 168 - A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

I - o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional;

II - o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;

III - as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes;

IV - as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores;

V - o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável;

VI - para o provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, exigir-se-á concurso de títulos e provas. Aos professores, admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade;

VII - é garantida a liberdade de cátedra.

Art 169 - Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art 170 - A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios.

Parágrafo único - O sistema federal de ensino terá caráter supletivo, estendendo-se a todo o País nos estritos limites das deficiências locais.

Art 171 - Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino.

Parágrafo único - Para o desenvolvimento desses sistemas a União cooperará com auxílio pecuniário, o qual, em relação ao ensino primário, provirá do respectivo Fundo Nacional.

Art 172 - Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.

¹⁵³ BRASIL. Constituição Federal (1937).

¹⁵⁴ BRASIL. Constituição Federal (1946).

Art 173 - As ciências, as letras e as artes são livres.

Art 174 - O amparo à cultura é dever do Estado.

Parágrafo único - A lei promoverá a criação de institutos de pesquisas, de preferência junto aos estabelecimentos de ensino superior.

Art 175 - As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do Poder Público.¹⁵⁵

Elaborada sob pressão dos militares, a Constituição Federal de 1967 tinha a clara proposta de legitimar e institucionalizar o golpe militar de 1964.¹⁵⁶ Essa Constituição, a sexta do Brasil e a quinta da República, entrou em vigor no dia 15 de março de 1967 e concedia poderes centralizadores ao Executivo, deixando os poderes Legislativo e Judiciário como espectadores das ações do Presidente da República.¹⁵⁷

Apesar de não focar nos assuntos relacionados à educação, como nas duas Constituições precedentes, a Constituição Federal de 1967 traz um marco importante para o ensino no Brasil, corroborando que as diretrizes e bases da educação nacional são de responsabilidade do poder público.

Art 8º - Compete à União:

XIV - estabelecer planos nacionais de educação e de saúde;

XVII - legislar sobre:

q) diretrizes e bases da educação nacional; normas gerais sobre desportos;¹⁵⁸

No título IV da supracitada Constituição Federal, intitulado “Da Família, da Educação e da Cultura”, é possível, verificar que algumas conquistas importantes foram asseguradas, como a educação gratuita para todos e o ensino religioso como matéria facultativa, oferecida nos horários normais escolares.

Art 168 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana.

§ 1º - O ensino será ministrado nos diferentes graus pelos Poderes Públicos.

§ 2º - Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à Iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo.

§ 3º - A legislação do ensino adotará os seguintes princípios e normas:

¹⁵⁵ BRASIL. Constituição Federal (1946).

¹⁵⁶ REVISTA VEJA. *As sete Constituições da história do Brasil*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/multimedia/infograficos/as-sete-constituicoes-da-historia-do-brasil>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

¹⁵⁷ REVISTA VEJA. *As sete Constituições da história do Brasil*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/multimedia/infograficos/as-sete-constituicoes-da-historia-do-brasil>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

¹⁵⁸ BRASIL. Constituição Federal (1967).

- I - o ensino primário somente será ministrado na língua nacional;
- II - o ensino dos sete aos quatorze anos é obrigatório para todos e gratuito nos estabelecimentos primários oficiais;
- III - o ensino oficial ulterior ao primário será, igualmente, gratuito para quantos, demonstrando efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recursos. Sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigido o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior;
- IV - o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio.
- V - o provimento dos cargos iniciais e finais das carreiras do magistério de grau médio e superior será feito, sempre, mediante prova de habilitação, consistindo em concurso público de provas e títulos quando se tratar de ensino oficial;
- VI - é garantida a liberdade de cátedra.¹⁵⁹

De grande importância social, a Constituição Federal de 1988 marcou um significativo avanço nas questões relacionadas ao ensino e à educação. Ela aprimorou os princípios estabelecidos nas Constituições anteriores e abriu portas para maiores desenvolvimentos intelectuais. Na realidade, além de uma seção inteira dedicada à educação (seção I do capítulo III) observamos que durante todo o texto da supracitada carta constitutiva, o ensino ocupa um lugar destacado.

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação
 § 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão assegurar, no financiamento da educação básica, a melhoria da qualidade de ensino, de forma a garantir padrão mínimo definido nacionalmente.¹⁶⁰

E no capítulo III, em especial na primeira seção, podemos observar diversos parágrafos dedicados à melhoria da educação nacional.

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO ESPORTE SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;¹⁶¹

¹⁵⁹ BRASIL. Constituição Federal (1967).

¹⁶⁰ BRASIL. Constituição Federal (1988).

Vale a pena destacar que a instituição do Plano Nacional de Educação foi um grande marco organizatório da educação nacional e, juntamente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, trouxe uma grande evolução para o ensino no Brasil.¹⁶²

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.¹⁶³

Após análise dos textos das Constituições, verificamos que a mudança da postura do governo em relação à temática educação e ensino é notável. A educação venceu o esquecimento das duas primeiras Constituições Federais e ganhou um lugar de destaque na última versão. Conhecendo o desdobramento da educação ao longo da história e as mudanças sofridas por esta, podemos passar à questão: Como a forte presença religiosa em solo brasileiro moldou o ensino escolar?

2.2 A influência religiosa nos documentos oficiais

A interculturalidade considera o contexto sociocultural dos alunos e sua diversidade cultural, política, econômica, social e religiosa, expressando a coesão de um grupo social e proporcionando o fortalecimento da identidade cultural do indivíduo e da sua comunidade.¹⁶⁴

Como anteriormente narrado, a religiosidade faz parte da vida do cidadão brasileiro.¹⁶⁵ Feriados, marcos culturais, pontos turísticos, nomes de cidades, artigos exclusivos nas leis ligados à religião, tudo isso rodeia a vida do brasileiro.¹⁶⁶ Esse tópico tem a finalidade de analisar como essa religiosidade brasileira se revela na educação, em

¹⁶¹ BRASIL. Constituição Federal (1988).

¹⁶² BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <http://www.riogrande.rs.gov.br/smed/wp-content/uploads/2013/04/ldb_7ed.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2016.

¹⁶³ BRASIL. Constituição Federal (1988).

¹⁶⁴ ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação. *Guia de implementação*. Vitória: SEDU, 2009, p. 44-46.

¹⁶⁵ BOFF, Leonardo. *O povo brasileiro: um povo místico e religioso*. São Leopoldo: UNISINOS, 2014. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/529296-o-povo-brasileiro-um-povo-mistico-e-religioso>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

¹⁶⁶ CATOLICISMO. *Nomes de Cidades religiosas*. Disponível em: <<http://catolicismo.com.br/materia/materia.cfm/idmat/D61549E6-3048-313C-2E5F3E729046D313/mes/Outubro1993>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

particular, no Estado do Espírito Santo, através da análise de dois importantes documentos: A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), norma para o ensino em solo nacional, e a proposta curricular oferecida pela Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo.

A lei número 9.394, de 20 de dezembro de 1996, intitulada Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB), deixa claro qual o seu objetivo e mostra quais os mecanismos que devem ser assimilados pelo educando, no ensino fundamental e médio.

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º. Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.¹⁶⁷

No supracitado trecho é implícito que o processo religioso compõe a problemática das organizações sociais brasileiras, as manifestações culturais e a convivência social. Diante de tal fato é de extrema importância que a escola prepare o aluno para conviver com as diferenças de pensamento e de ideologias, principalmente as de cunho religioso. O artigo três afirma, nos parágrafos III e IV, que uma das bases do ensino nacional é o pluralismo de ideias, respeito à liberdade e apreço à tolerância.¹⁶⁸

Esses princípios precisam ser trabalhados de forma a preparar o cidadão para conviver com a pluralidade religiosa presente no país e, dessa forma, o artigo 33 foi dedicado a tratar especificamente do Ensino Religioso.

Art. 33º. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

I - confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou

II - interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.¹⁶⁹

¹⁶⁷ BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <http://www.riogrande.rs.gov.br/smed/wp-content/uploads/2013/04/ldb_7ed.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2016.

¹⁶⁸ BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Acesso em: 27 jun. 2016.

¹⁶⁹ BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Acesso em: 27 jun. 2016.

A inclusão de competências voltadas a cultivar a harmonia religiosa é um grande avanço não só na esfera educacional, mas também no âmbito social e religioso. Ao analisar tais competências com o olhar da educação, observa-se que o aluno, quando preparado para lidar com pontos de vista divergentes ao seu, consegue interagir melhor em sala de aula, que é formada por professores e alunos das mais diversas tendências religiosas.¹⁷⁰

Do ponto de vista social, saber lidar com a pluralidade religiosa é de suma importância para que o indivíduo obtenha êxito em seus afazeres diários e não perturbe a paz coletiva. Não importa o tipo de trabalho exercido ou a sua crença religiosa, o cidadão brasileiro terá de saber lidar com pessoas das mais diversas religiões ou culturas. Vale salientar, aqui, que as variações podem ocorrer de forma significativa dentro de um mesmo segmento e até mesmo dentro de uma mesma denominação religiosa. Exemplo disso são os incontáveis nomes que surgem diariamente relacionados, principalmente, à Igreja Assembleia de Deus e à Igreja Batista.¹⁷¹ Geralmente relaciona-se o nome a algumas dessas Igrejas na tentativa de garantir credibilidade ao usar um nome historicamente consolidado, juntamente com o desejo de inovação, assim originando igrejas com o nome de “Assembleia de Deus Vitória em Cristo”, “Assembleia de Deus da Paz”, “Igreja Batista do Calvário”, “Igreja Batista da Fé” e outras.¹⁷²

Para a educação, a inclusão de competências ligadas ao universo sagrado e seus desdobramentos trouxe a possibilidade de expansão em um ambiente restrito. Ao ganhar as cadeiras escolares brasileiras, a religião tem a oportunidade de ser conhecida pelo público jovem, que se interessa cada vez mais pelo assunto. Essa realidade parece se contrariar com a realidade social. Mas, o censo aponta que os jovens brasileiros estão cada vez mais ligados a alguma religião.¹⁷³

Porém, a temática religiosa não se restringe à matéria do Ensino Religioso. Ao analisar o currículo proposto pela Secretaria de Educação em uso atualmente, é possível

¹⁷⁰ NOVA ESCOLA. *A Educação Religiosa no Estado Laico*. Disponível em: <<http://novaescola.org.br/politicas-publicas/ensino-religioso-escola-publica-relacao-delicada-laica-religiao-747579.shtml>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

¹⁷¹ PÚLPITO CRISTÃO. *Nomes de Igrejas no Brasil*. Disponível em: <<http://www.pulpitocristao.com/2011/08/parece-mas-nao-e-clonagem-de-nomes.html>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

¹⁷² PÚLPITO CRISTÃO. *Nomes de Igrejas no Brasil*. Disponível em: <<http://www.pulpitocristao.com/2011/08/parece-mas-nao-e-clonagem-de-nomes.html>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

¹⁷³ GLOBO. *Religião dos Jovens brasileiros*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornada-mundial-da-juventude/2013/noticia/2013/07/442-dos-jovens-entre-16-e-24-anos-sao-catolicos-diz-data-popular.html>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

constatar que, em diversas outras competências, encontramos assuntos que são resultados da forte presença religiosa em solo nacional. Língua Portuguesa, História, Filosofia, Sociologia, Geografia, Ciências e Biologia são disciplinas que levam em consideração a religiosidade nacional.

A disciplina de Geografia, segundo o Currículo Básico, tem a função de propiciar conhecimentos sobre processos, fenômenos e fatos sociais, compreender as responsabilidades individuais e coletivas junto à natureza e à sociedade; promover as práticas sociais, etc. O documento prevê que essa matéria “deverá ser pesquisada na multiplicidade e na complexidade de diversidades que constitui o cotidiano das sociedades e das pessoas”.¹⁷⁴ Dessa forma, a religião foi integrada à disciplina.

O meu bairro, lugar de vivência da família: modos culturais, políticos, econômicos e religiosos na produção dos lugares. As relações no trabalho e na exploração do meio ambiente. As relações com o outro na família, na escola, na comunidade.: diversidades e diferenças.

A sociedade espírito-santense: formação, tradições culturais, lutas, conquistas e problemas. Diferenças e diversidades. A afro descendência, os indígenas e os descendentes migrantes: lutas e organização política, econômica, religiosa e cultural no espaço geográfico. Conflitos e solidariedades no espaço geográfico. Cuidados com o meio ambiente.¹⁷⁵

O Currículo Básico da disciplina de História busca fazer com que o aluno compreenda a dinâmica humana ao longo do tempo. Assim sendo, é certo que, para essa compreensão obter êxito, ela necessita abordar a temática religiosa, uma vez que essa se faz presente desde os primórdios da ação humana. Isso se manifesta da seguinte maneira.

Durante o período medieval, a profusão de documentos escritos vieram conferir à História uma função prática: a verificação da veracidade dos documentos. Com o advento do Humanismo, do Renascimento, e da Reforma Religiosa houve um considerável desenvolvimento do espírito crítico que se refletiu nos estudos, e a História passou a ser um meio de fundamentação das críticas à sociedade.

3) Tematizando

- Mitos de origem do mundo e do homem: História, mitos e lendas.
- A agricultura.
- Os grupos humanos e o nascimento do Estado.
- Grécia e Roma

Problematizando:

- A noção de civilização.
- A ideia de antiguidade.
- A importância da religião.

4) Tematizando

- A Europa Medieval.
- O imaginário atual sobre a Idade Média.

¹⁷⁴ ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação. *Guia de implementação*. Vitória: SEDU, 2009, p. 167.

¹⁷⁵ ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação. *Guia de implementação*. Vitória: SEDU, 2009, p. 167.

- Relações de trabalho, sociais e de poder.
- O Oriente.
- O uso da terra.

Problematizando:

- O conceito de Estado, religião e poder.¹⁷⁶

Outra área que trata a religião como agente transformador e de grande importância na sociedade brasileira é a Biologia. O ensino dessa disciplina tem uma relevante contribuição na formação humana, pois o diálogo discursivo de alteridade, fundamentado nas interações discursivas socioculturais, obriga os professores e os alunos a refletirem sobre essa competência, habilidades e ferramentas. Assim, o currículo básico estadual prevê que o educador deve capacitar o aluno a “reconhecer as ciências biológicas como uma produção humana sócio - histórica e, portanto, resultado da conjunção de fatores sociais, políticos, econômicos, culturais, religiosos e tecnológicos”.¹⁷⁷

No currículo da Secretaria de Educação também encontramos a temática da religião na disciplina de Sociologia.

Identificar, comparar, relacionar e interpretar os diferentes discursos sobre a realidade, como as representações sociais, sejam elas científicas, literárias, religiosas e midiáticas, entre outras, bem como analisar suas implicações e seus dilemas, conforme os vários paradigmas.
Produzir novos discursos sobre as diferentes realidades sociais, a partir das observações e análises.¹⁷⁸

A importância dispensada à religião nesta disciplina fica evidenciada nos temas a serem trabalhados no segundo ano do Ensino Médio.

2º Ano - Eixo: Trabalho, Cidadania, Fé, Vida e Sociedade

Relacionar e interpretar os diferentes discursos sobre a realidade, como as representações sociais, sejam elas científicas, literárias, religiosas e midiáticas, entre outras, bem como analisar suas implicações e seus dilemas, conforme os vários paradigmas.

Produzir novos discursos sobre as diferentes realidades sociais, a partir das observações.

Religiosidade – saber, crer e acreditar; catolicismo; umbanda e candomblé; religiões indígenas, protestantes e pentecostais; carismáticos; budismo; o islã; como lidar com as religiões dos outros; fundamentalismo e sincretismo.¹⁷⁹

¹⁷⁶ ESPIRITO SANTO, 2009, p. 518.

¹⁷⁷ ESPIRITO SANTO, 2009, p. 753.

¹⁷⁸ ESPIRITO SANTO, 2009, p. 867.

¹⁷⁹ ESPIRITO SANTO, 2009, p. 869.

A disciplina de Ciências também considera a religião como parte integrante dos temas a serem trabalhados em sala de aula. Em seu conteúdo proposto diz: “Reconhecer a produção do acervo sociocultural (científico e não-científico) como uma produção humana sociohistórica, e, portanto, resultado da conjunção de fatores sociais, políticos, econômicos, culturais, religiosos e tecnológicos.”¹⁸⁰

Esse tratamento das questões religiosas como agente legítimo da sociedade humana, é o reconhecimento de uma das mais influentes forças presente ao longo de toda história pós-presença europeia em solos brasileiros, à religião.

2.3 A influência religiosa na disciplina de Filosofia

A disciplina de Filosofia foi considerada indispensável ao currículo do Ensino Médio, em julho de 2006, pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE),¹⁸¹ Dessa forma, essa competência passou a ser considerada como conteúdo recomendado a ser ministrado para os alunos. Em junho de 2008, Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, sanciona a lei nº 11.684/08 tornando a disciplina de Filosofia obrigatória na grade oficial para escolas de nível de Ensino Médio no Brasil.¹⁸²

Essa lei vem coroar a disciplina de Filosofia que, é ministrada desde a chegada dos jesuítas no Brasil, porém sempre passou por grandes oscilações, no que tange seus objetivos e sua obrigatoriedade no currículo proposto.¹⁸³

Para ter sido proposta e aceita como disciplina obrigatória, a Filosofia precisou provar que acrescentava ao educando conhecimentos indispensáveis à sua vida. Assim, foi constatado que o aluno que trabalha com a Filosofia é levado a desenvolver um pensamento crítico e autônomo, capaz de se identificar como um ser que pode provar novas perspectivas relativas à ação.¹⁸⁴

¹⁸⁰ ESPIRITO SANTO, 2009, p. 424.

¹⁸¹ BRASIL. Ministério Da Educação. *Conselho Nacional De Educação*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb022_08.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2016.

¹⁸² BRASIL. Ministério Da Educação. *Conselho Nacional De Educação*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb022_08.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2016.

¹⁸³ BRASIL. Ministério Da Educação. *Conselho Nacional De Educação*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb022_08.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2016.

¹⁸⁴ CHAUI, Marilena. *Introdução à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2013, p. 3.

O Ensino Médio, considerado por muitos educadores, como sendo um período de extrema importância na consolidação da formação do jovem cidadão,¹⁸⁵ ganha com a Filosofia, uma competência capaz de articular os conhecimentos recebidos de outras disciplinas. Segundo Esquisani:

o estudo da filosofia, enriquece a imaginação intelectual da pessoa e faz diminuir a arrogância dogmática. Sobretudo, porque engrandece o espírito, tornando-o capaz de perceber a multiplicidade de pontos de vista e articulações possíveis entre os mesmos, ajudando-o a compreender que o caminho é um processo, mas que pode ser para cima e para frente.¹⁸⁶

Esse conceito de Esquisani vem corroborar a justificativa do currículo mínimo para a disciplina de Filosofia. Segundo tal documento, a Filosofia capacita o aluno para lidar com as relações interpessoais, o que os leva a buscar a liberdade e a exercer a autonomia de pensamento.¹⁸⁷ Essa relação entre a Filosofia e o livre pensar torna aquela uma aliada no processo de integração da religiosidade na sociedade.

A disciplina de Filosofia obedece a preceitos próprios. A base da Filosofia ministrada no Ensino Médio escolar vem da raiz grega. Assim, os alunos aprendem noções dos filósofos gregos pré-socráticos como Tales de Mileto, Pitágoras, Parmênides e Heráclito; passam ao período clássico com Sócrates, Aristóteles, Platão e os sofistas para, então, entrar na Filosofia Cristã e chegar até os dias atuais.¹⁸⁸

Segundo o currículo básico para as escolas estaduais do Estado do Espírito Santo, “um currículo de Filosofia deve contemplar as diferenças sem desconsiderar o educador em suas próprias opções ético-políticas, sem impedir que as defenda”.¹⁸⁹ Essa premissa abriu as portas para que os assuntos de cunho religioso fossem discutidos e observados. Certo é que a distância entre o filosófico e o religioso não é rígida, e esse é um dos motivos que possibilitam essa competência: discutir livremente sobre o sagrado e o divino, chegando ao ponto de importar preceitos de diversas religiões.¹⁹⁰

Nessa perspectiva observa-se que o currículo proposto para as escolas capixabas compreende as questões religiosas e as põem como assunto a serem tratados em sala de

¹⁸⁵ BRASIL. Ministério Da Educação. *Filosofia e Sociologia no Ensino Médio*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/par/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12768-filosofia-e-sociologia-no-ensino-medio-sp-1870990710>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

¹⁸⁶ ESQUISANI, Valdecir Antônio. *Ensinar a Pensar*. Porto Alegre: PUCRS, 2001, p. 19.

¹⁸⁷ BRASIL. Ministério Da Educação. *Filosofia e Sociologia no Ensino Médio*. Acessado em: 27 jun. 2016.

¹⁸⁸ ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 835.

¹⁸⁹ ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 835.

¹⁹⁰ CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000, p. 286.

aula com os alunos. A disciplina de Filosofia é de cunho opcional para as escolas nas séries do Ensino Fundamental, tornando-se obrigatória no Ensino Médio.¹⁹¹ Dessa forma, o primeiro contato com a Filosofia por parte do aluno, salvo os casos em que tiveram contato com essa matéria no ensino Fundamental, é no primeiro ano do Ensino Médio. E logo, de início, o conteúdo proposto é o “pensar e conhecer”.¹⁹²

O princípio do “pensar e conhecer” proposto pela Filosofia causa um impacto no primeiro contato do aluno com a mesma, o que pode ser encarado como natural por causa dos pontos de vista conflitantes. Assim sendo, observa-se que, a princípio, o aluno será desafiado a compreender conceitos discrepantes dos seus.

1. Tópico: Pensamento, conhecimento e filosofia.

Conceitos:

- Indagação. Pensamento. Interpretação. Linguagem. Racionalização. Verdade. Formas do conhecimento. Senso comum. Atitude filosófica.¹⁹³

Após serem confrontados os conhecimentos do aluno, que geralmente vêm embasados e concebidos sobre o alicerce do senso comum, este será levado a conhecer diretamente as diversas concepções teológicas e religiosas existentes.¹⁹⁴ Tal encontro, entre o ser que desconhece esse ambiente e a possibilidade de conhecer o universo inexplorado é uma das ferramentas que irão contribuir para a formação de um cidadão capaz de conviver em sociedade, com pensamentos diferentes dos seus.

2. Tópico: Religião

Conceitos:

- Sagrado. Símbolo. Rito. Espiritualidade.

Secularização.

- Aplicabilidades: Sincretismo. Fundamentalismo religioso. Religiosidade popular. Novos movimentos religiosos. Religiões indígenas. As religiões afro-brasileiras. As responsadeiras de Vila Valério/ES.

- Referenciais teóricos: Hesíodo, Sófocles, Agostinho de Hipona, Tomás de Aquino, Voltaire, Feuerbach, Malebranche, Schleimeier, Hegel, Mounier, Maritain, M. Eliade, Maritain, Buber, Ricoeur, Vattimo.

Específica para esta série:

• Identificar, relacionar, problematizar e interpretar os diferentes discursos sobre a ‘realidade’, sejam eles o senso comum ou as interpretações religiosas, artísticas, filosóficas e científicas, analisando os paradigmas e as fronteiras epistemológicas dessas interpretações em confronto com suas implicações,

¹⁹¹ BRASIL. Ministério Da Educação. *Filosofia e Sociologia no Ensino Médio*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/par/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12768-filosofia-e-sociologia-no-ensino-medio-sp-1870990710>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

¹⁹² ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 835.

¹⁹³ ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 835.

¹⁹⁴ ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 829.

impactos e dilemas éticos atuais, a exemplo da diferença cultural, da igualdade econômica e da temática ambiental.¹⁹⁵

Dessa forma, a disciplina de Filosofia foi moldada, a fim de atender a necessidade nacional. Os conceitos transmitidos ao aluno de Filosofia devem oferecer habilidades para tornar o convívio diário menos áspero, minimizando os conflitos gerados pela diversidade de segmentos religiosos espalhados pelo Brasil. A inclusão da temática da Religião na Filosofia, pretende promover o diálogo inter-religioso. E ao fazer a ponte entre a religião e o pensador, a Filosofia diminui as barreiras criadas pela religião em solo brasileiro e que estão presentes em todos os setores da sociedade.¹⁹⁶

Ao recordar como nasceu a Filosofia, fica fácil compreender a afirmativa anterior, pois a mesma nasceu exatamente para combater as crenças religiosas e os mitos, e buscar explicações científicas para os acontecimentos cotidianos,¹⁹⁷ o que na época de seu surgimento, por volta do século VII a.C., era realizado através da fé.¹⁹⁸

A Filosofia surgiu na Grécia no século VII a.C. e um dos grandes responsáveis pela fundamentação dessa como disciplina autônoma foi Tales de Mileto, seguido de Xenófanes, Pitágoras, Heráclito, Parmênides e outros.¹⁹⁹ Os filósofos começaram a investigar os fatos ocorridos usando o método da observação e buscando dar uma explicação definitiva e racional para questionamentos corriqueiros como valores morais, existência de divindades e, principalmente, a origem do universo e do mundo. No período do surgimento da Filosofia, a mitologia era a base das explicações para os fenômenos da natureza, porém, através da observação, os filósofos perceberam que diversas crenças populares não passavam de histórias, sem quaisquer fundamento.²⁰⁰

Quando passaram a desbravar territórios desconhecidos, os gregos constataram que as criaturas divinas propagadas pela mitologia não eram reais e que também não existiam deuses reinando em outras regiões, assim como propunha a religião politeísta grega. Através das primeiras viagens marítimas, notaram que os oceanos não eram habitações das terríveis criaturas gigantes e que os monstros marinhos não passavam de lendas, e ao contrário do que esperavam, os exploradores encontraram um mundo repleto de belezas tão maravilhosamente complexas que a mitologia não era capaz de explicar.

¹⁹⁵ ESPIRITO SANTO, 2009, p. 835.

¹⁹⁶ CHAUI, 2000, p. 9.

¹⁹⁷ CHAUI, 2013, p. 31.

¹⁹⁸ CHAUI, 2000, p. 28.

¹⁹⁹ STÖRIG, Hans J. *História Geral da Filosofia*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 44.

²⁰⁰ CHAUI, 2013, p. 30.

Através da observação compreenderam também que as estações do ano eram mudanças espontâneas e naturais, sem influência de divindades ou seres superpoderosos.²⁰¹

Dessas conclusões, estabeleceu-se a Filosofia, que após o século V a.C., com o surgimento do Filósofo Sócrates e seus seguidores Platão e Aristóteles, passa a apropriar-se de assuntos éticos, políticos e sociais, tornando-se cada vez mais importante.²⁰² Dessa forma, a filosofia começa a se estabelecer nos ramos da ciência e das artes e passa a fazer parte do cotidiano grego.²⁰³

Com a chegada da Idade Média, a religião cristã encara a Filosofia como uma grande ameaça para as doutrinas religiosas. Seus questionamentos e a constante busca de um fundamento racional e substancial vão contra o princípio da fé pregada pela igreja cristã medieval. Dessa forma, o Papa estabelece restrições aos livros considerados heréticos, e proíbe o estudo da Filosofia.²⁰⁴ Certo é que a Igreja não rejeitou totalmente os conceitos gregos.²⁰⁵

Os primeiros pensadores cristãos, preocupados em elaborar uma doutrina genuína, repudiaram a base lançada pelos gregos e adotaram uma nova formulação de pensamento, construídos a partir da fé em Cristo Jesus.²⁰⁶ Assim, diferente das elaborações dos filósofos gregos, marcadas pelo questionamento, a Teologia Cristã é fundamentada na tentativa do ser humano em compreender o Criador, e dessa forma, alicerçados nos escritos bíblicos e dos pais da Igreja, fixam uma Teologia cristã autônoma.²⁰⁷ Com o tempo, a doutrina cristã ganha uma elaboração mais rica através de pensadores que, sem contradizer a revelação, levam em consideração o neoplatonismo, o estoicismo e a gnose. Assim nasce a doutrina da graça,²⁰⁸ da Trindade e a Cristologia. Anselmo, Abelardo e Agostinho são exemplos de escritores que ajudaram a abrir portas para uma Filosofia Cristã.²⁰⁹

Nota-se, aqui, que a Filosofia aparentemente fez o caminho oposto ao que lhe deu a origem. Na situação atual, essa disciplina não ridiculariza os princípios religiosos e não se estabelece como opositora, mas trabalha os conteúdos partindo dos conhecimentos dos alunos e dando prioridade ao bem estar social e ao convívio humano, lembrando inclusive

²⁰¹ CHAUI, 2000, p. 29-35.

²⁰² CHAUI, 2000, p. 39.

²⁰³ CHAUI, 2000, p. 33.

²⁰⁴ COTRIM, 2013, p. 200.

²⁰⁵ MONDIN, 2006, p. 56.

²⁰⁶ CHAUI, 2000, p. 29.

²⁰⁷ CHAUI, 2000, p. 53.

²⁰⁸ MONDIN, 2006, p. 9.

²⁰⁹ CHAUI, 2013, p. 51.

os filósofos sociais a exemplo de Weber. Em um país onde a maioria absoluta dos cidadãos faz parte de algum segmento religioso, nenhuma disciplina pode ignorar a força da religiosidade.²¹⁰

E assim como a religião é importante nas artes, na literatura, no turismo, no calendário, enfim, na vida diária dos brasileiros, o sagrado também tem seu espaço cativo na área do ensino.

A área de Ciências Humanas no Ensino Médio – que inclui a Filosofia, a História, a Geografia e a Sociologia – deve se manter como referência de uma construção de saberes que respeitem a pluralidade de olhares sobre a ‘realidade’. A experiência humana é rica em seus conhecimentos, linguagens, ações e afetos. Existem humanidades. A abertura teórico-valorativa é preponderante para o exercício formativo nessa área do conhecimento; as posturas doutrinárias, ao contrário, são sufocantes para o pensamento e impedem o diálogo com as outras disciplinas. Por isso, cada disciplina, entendendo-se como parte desse construto coletivo de se pensar as humanidades, teriam maior coerência didática ao abrirem-se para os novos desafios de um saber múltiplo, que incorpore em seus currículos e, sobretudo, na sala de aula essa multiplicidade de pontos de vista. Eis o grande desafio para a área de humanas.²¹¹

Em suma, pode-se afirmar que a Filosofia ministrada nas escolas brasileiras e em especial no Estado do Espírito Santo foi moldada, de acordo com o documento oficial, o Currículo Básico, pela preponderância histórica da religião no Brasil.

Compreendemos que a escola reconhece o grande desafio que é imputado à área educacional em relação ao enfrentamento dos problemas sociais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, morais, religiosos, enfim, de toda a ordem, que caracteriza o mundo contemporâneo, exigindo posicionamentos e respostas no âmbito da instituição escolar.

A nova educação pretendida a partir do Novo Currículo certamente é mais ampla do que aquela contida no antigo projeto pedagógico. Antes se desejava transmitir conhecimentos na forma de informações e procedimentos estanques; agora se deseja promover competências gerais, que articulem conhecimentos disciplinares ou não.²¹²

²¹⁰ BOFF, 2014. Acesso em: 27 jun. 2016.

²¹¹ ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 832.

²¹² ESPIRITO SANTO, 2009, p. 836.

3 ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO.

3.1 Sobre a pesquisa

Neste capítulo optou-se por realizar-se uma pesquisa de campo em um Colégio Estadual de nível fundamental e médio, localizado no Município de Bom Jesus do Norte, Estado do Espírito Santo. Julgou-se importante inserir-se na rotina da referida escola para observar como é a aplicação do Currículo Básico e de outros princípios fundamentais que devem ser observados na educação do Estado do Espírito Santo. Para a coleta desses dados, foi escolhida a observação participante, visando assim à possibilidade de aproximação entre o pesquisador e o objeto da pesquisa.

O trabalho buscou fazer uma análise da influência religiosa (na educação do Estado do Espírito Santo em especial) na disciplina de Filosofia, verificando seus desdobramentos, suas formas e seus modos de representar-se na esfera pública e contextualizando o lugar da religião no cenário atual da educação. De uma forma específica, a pesquisa buscou identificar e analisar como as questões religiosas são tratadas pelos alunos e funcionários da educação.

A importância dessa pesquisa se dá uma vez que a religiosidade faz parte da vida do povo brasileiro, sendo o Brasil uma das nações mais religiosas do mundo.²¹³ Dessa forma, é de grande importância reconhecer como a religião se manifesta no contexto da educação.

A presente dissertação procurou, com base na pesquisa bibliográfica, dar uma visão geral do problema, viabilizando conceber a hipótese básica do trabalho.²¹⁴ Para confirmar essa hipótese, foi essencial a realização da pesquisa de campo, uma vez que os dados e as informações obtidas através desta somados aos resultados conseguidos pela pesquisa bibliográfica possibilitarão uma conclusão concreta e fiel ao objetivo inicial.

Optou-se pela metodologia proposta por Pedro Demo.²¹⁵ Segundo este autor, existem quatro tipos de pesquisa:

²¹³ EXAME. *Os 20 países mais religiosos do mundo*. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/os-20-paises-mais-religiosos-do-mundo-e-os-20-menos>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

²¹⁴ LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2001, p. 34.

²¹⁵ DEMO, Pedro. *Pesquisa: Princípio Científico e Educativo*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 27.

a) Pesquisa teórica: utilizada para a construção de um referencial com base em teorias, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, aprimorar fundamentos teóricos e, em termos imediatos, aprimorar práticas;

b) Pesquisa metodológica: baseada na aplicação de métodos e procedimentos científicos, polêmicas e paradigmas metodológicos, tanto em âmbito mais epistemológico quanto de controle empírico;

c) Pesquisa empírica: utilizada no tratamento empírico e factual da realidade, produzindo e analisando dados, procedendo sempre pela via do controle empírico e factual;

d) Pesquisa prática: relacionada à *práxis*, ou seja, a prática histórica em termos de usar conhecimento científico para fins explícitos de invenção. Nesse sentido, não esconde sua ideologia, ao contrário, reconstrói conhecimento a serviço de certa ideologia, sem com isso necessariamente perder de vista o rigor metodológico; alguns métodos ditos qualitativos advogam essa direção, em particular a pesquisa participante e, em certa medida, a pesquisa-ação.²¹⁶

Para Demo, nenhum tipo de pesquisa é autossuficiente. O que acontece de fato é que, na prática, os pesquisadores tendem a mesclar os quatro tipos, acentuando mais um ou outro. Para os objetivos da presente dissertação, buscou-se, fundamentalmente, os tipos de pesquisa teórica e empírica, embora este trabalho também contenha aspectos dos tipos metodológico e prático.²¹⁷

Recorreu-se também à proposta metodológica sugerida por Yin e por Augusto Triviños.²¹⁸ Dentro da perspectiva apontada por Yin²¹⁹, optou-se pela realização de um estudo de caso como estratégia de pesquisa. Segundo este autor, os procedimentos adotados nesta estratégia de pesquisa implicam buscar várias fontes distintas de coleta de evidências. Aqui o autor exige que se estude:

a) Documentos: caracteriza a informação documental como objeto explícito da coleta de dados. Nessa etapa foram utilizadas as leis de amparo à educação como, por exemplo, a LDB.²²⁰

²¹⁶ DEMO, 2000, p. 29.

²¹⁷ DEMO, 2000, p. 27.

²¹⁸ TRIVIÑOS, Augusto. *Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1987, p. 22.

²¹⁹ YIN, Robert K. *Estudo de Caso, Planejamento e Método*. Porto Alegre: Bookman, 2000, p. 55.

²²⁰ Em toda a dissertação LDB se refere a Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. A edição utilizada foi a 7ª edição de 25 out. 2012.

b) Registros em arquivo: são registros que podem ser utilizados em conjunto com outras fontes de informação. Aqui se utilizaram as propostas da educação da Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo.²²¹

c) Entrevistas: constituem uma fonte essencial de evidências, pois a maioria delas trata de questões humanas. Foram feitas as entrevistas que serão analisadas nesse capítulo.

d) Observação direta: é importante durante a realização do trabalho de campo, no local escolhido, para a investigação do estudo de caso;

e) Observação participante: permite a participação do pesquisador nos eventos que estão sendo estudados, rompendo com a observação passiva.²²²

Já a proposta metodológica de Triviños orientou a fase de realização das entrevistas. Segundo o autor, “para alguns tipos de pesquisa qualitativa, a entrevista semiestruturada é um dos principais meios que tem o investigador para realizar a coleta de dados” [...] na qual é possível “utilizar a entrevista estruturada, ou fechada, a semiestruturada e a entrevista aberta”.²²³ Ainda de acordo com Triviños, é relevante privilegiar este tipo de entrevista porque “ao mesmo tempo valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação”.²²⁴

A entrevista semiestruturada é aquela:

[...] que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto das hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar da elaboração do conteúdo da pesquisa.²²⁵

Como instrumento de pesquisa de campo, realizaram-se entrevistas que atendem a roteiros elaborados com questões dos tipos: aberta, estruturada e semiestruturada (ver apêndices). As entrevistas foram direcionadas a professores que

²²¹ ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 832.

²²² YIN, Robert K. *Estudo de Caso, Planejamento e Método*. Porto Alegre: Bookman, 2000, p. 62.

²²³ TRIVIÑOS, Augusto. *Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1987, p. 45.

²²⁴ TRIVINOS, 1987, p. 46.

²²⁵ TRIVINOS, 1987, p. 46.

atuam no Ensino Médio no Estado do Espírito Santo,²²⁶ a pedagogos e gestores escolares e também a alunos matriculados no Ensino Médio.²²⁷

3.2 O Preparo da pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada no mês de julho de 2015 na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Horácio Plínio localizada na rua Ataulpho Lobo, 70, no Centro do município de Bom Jesus do Norte, no Estado do Espírito Santo. Essa Escola foi escolhida por atender as necessidades essenciais à realização da pesquisa, ou seja, estar localizada no Estado do Espírito Santo, trabalhar com o currículo proposto pela Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo e atender o segmento do Ensino Médio.

As amostragens foram colhidas de forma não aleatória a forma de atender a necessidade de preencher todos os universos possíveis de uma instituição de ensino. Dessa maneira foram elaborados três questionários a serem respondidos, respectivamente, pelo Pedagogo/Diretor, por Professores e alunos. Para os entrevistados, foi apresentado um questionário elaborado de forma a possibilitar o agente expor suas opiniões sobre o assunto em pauta. O questionário continha diversas questões de forma a abarcar todo o universo do entrevistado.

A intenção da divisão em três grupos, diretor/pedagogo, professores e alunos, foi explorar o que cada um desses segmentos poderia contribuir para a pesquisa.

O grupo diretor/pedagogo trabalha na elaboração de projetos e traça os objetivos a serem alcançados ao final de cada ciclo.²²⁸ Esse grupo também é bastante importante, pois, devido ao seu local de trabalho, fora da sala de aula, tem maior facilidade de avaliar o trabalho dos outros dois grupos.

O segundo grupo é composto pelos professores. Esse grupo tem uma posição estratégica, pois, além de trabalhar com planejamentos, os professores conhecem o universo onde tais planejamentos serão concretizados, os alunos. Os professores trouxeram a visão real compreendida entre o que é planejado pelos pedagogos e gestores

²²⁶ Baseado nessas ideias foi estabelecido um questionário para as entrevistas, agendando-se uma audiência com a Diretora da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Horácio Plínio e a Pedagoga da referida Escola.

²²⁷ Igualmente, foi elaborado um questionário para levantamento junto àqueles que lidam diretamente com o tema em tese, os professores e os alunos do Ensino Médio do Estado do Espírito Santo, tendo sido selecionada uma amostra desses grupos sobre a qual se aplicou o instrumento. Também esta parte da pesquisa se deu na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Horácio Plínio.

²²⁸ MORIN, Edgar. *O sentido da Escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 21.

da educação, e aquilo que acontece em sala de aula. Desse grupo espera-se a aplicação do que se planeja, pois é sabido que, em diversos casos, os professores precisam fazer alterações nos projetos pedagógicos que lhe são passados, pois tais projetos nem sempre se adapta à realidade dos alunos, esbarrando em questões como disciplina e superlotação das turmas.²²⁹

O terceiro e último grupo é composto por alunos do Ensino Médio.²³⁰ A contribuição desses alunos foi essencial para que essa dissertação não ficasse apenas nas especulações, mas atingisse o âmbito real do que se propõe nos documentos. A inclusão desse grupo na dissertação foi importante para dar a verdadeira dimensão do problema.

3.3 Coleta e interpretação dos dados

As fichas com os questionários foram elaboradas e, após diversas consultas com o orientador, os questionários foram enviados e aprovados pela Comissão de Ética em Pesquisa da Faculdade Unida e entregues pelo autor do presente trabalho aos entrevistados. Todas as perguntas foram preenchidas pelos próprios entrevistados e, durante o preenchimento dos dados, o autor da dissertação se manteve no mesmo ambiente que estes, em certos momentos interagindo com os mesmos, porém sem opinar sobre o questionário de pesquisa. Dos três grupos que formaram o universo pesquisado, os professores foram os que demonstraram maior resistência às perguntas, porém nada que atrapalhasse o desenvolvimento da pesquisa.

Vale aqui ressaltar que as pesquisas não foram para estabelecer a contribuição da disciplina de Filosofia para a formação geral do indivíduo, uma vez que diversas outras disciplinas apresentam carga horária mais expressiva. Nossa pesquisa foi focada de forma específica no relacionamento entre Filosofia e Religião, e adicionalmente medir o grau de importância da disciplina na formação social do indivíduo.

²²⁹ MORIN, 2002, p. 21.

²³⁰ Foram entrevistados 15 alunos, nove meninas e seis meninos, totalizando cinco de cada série do Ensino Médio com idades entre 14 e 18 anos.

3.3.1 Os alunos

Os alunos relacionados para responder o questionário foram aqueles que preenchem os pré-requisitos desejáveis para alcançar um bom resultado na pesquisa, ou seja, estivessem matriculados no Ensino Médio de uma escola pública do Estado do Espírito Santo e tivessem uma frequência elevada nas aulas de Filosofia. É importante ressaltar que, para um resultado mais real da situação em pauta, a seleção dos alunos ocorreu sem ajuda ou indicação de nenhum funcionário da escola, e sem nenhum conhecimento da vida escolar dos alunos, exceto a consulta da frequência.

Os formulários entregues aos alunos continham as seguintes perguntas:

- 1 – Você está estudando em qual série?
- 2 – Como você classifica a disciplina de Filosofia?
 Importante Sem Importância Interessante Sem interesse
- 3 – Sobre seus professores enquanto assuntos religiosos.
 Não comentam Comentam Frequentemente Comentam com pouca frequência São indiferentes ao assunto
- 4 – O que você pode dizer sobre a temática Religião?
- 5 – Descreva alguns dos principais assuntos tratados na disciplina de Filosofia.
- 6 – Assinale as disciplinas de acordo com a importância dispensada por você. Obs. 1 (a mais importante) – 11(a de menor importância)
 Matemática Português Geografia História
 Línguas Estrangeiras Química e Física Ensino Religioso
 Educação Física Filosofia Biologia Sociologia

A primeira pergunta era basicamente para registrar qual série o aluno que estava respondendo o questionário estava cursando. A segunda questão levava o aluno entrevistado a realizar uma análise sobre a importância geral da disciplina de Filosofia. Essa classificação é importante para verificar a questão da rejeição/empatia pela disciplina. A partir do grau de importância dispensado pelo aluno à disciplina de filosofia, podem ser avaliadas as perguntas do questionário. Os dados colhidos nessa questão tiveram índices idênticos em todos os entrevistados, ficando da seguinte forma:

- importante – 100%
- sem importância – 0%

- interessante – 0%
- sem interesse – 0%

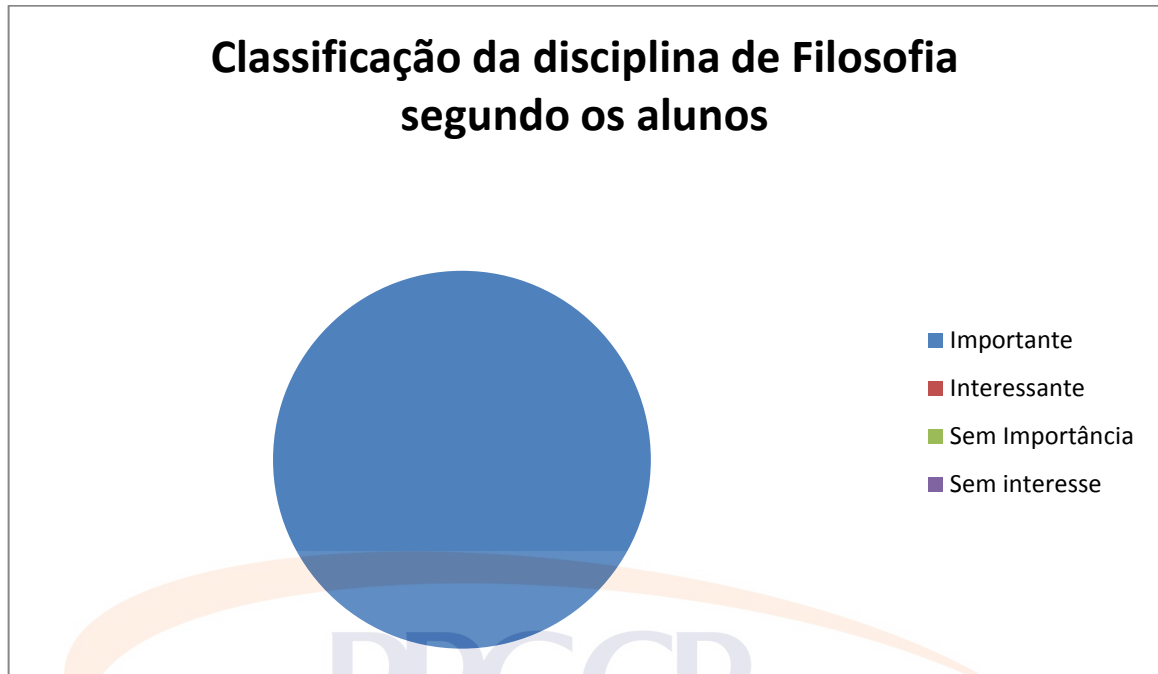


Gráfico 1 - Classificação da disciplina de Filosofia segundo os alunos

A terceira questão indagava o entrevistado sobre a frequência com que os professores tratam das questões religiosas. Essa questão na realidade trata dos professores em geral, não somente de Filosofia (não foi incluída a palavra filosofia nessa pergunta). O pesquisado é solicitado a expor se assuntos relacionados à fé são frequentes, independentemente da disciplina ministrada.

Os dados da terceira questão foram:

- Não comentam – 70%
- Comentam frequentemente – 0%
- Comentam com pouca frequência – 30%
- São indiferentes ao assunto – 0%

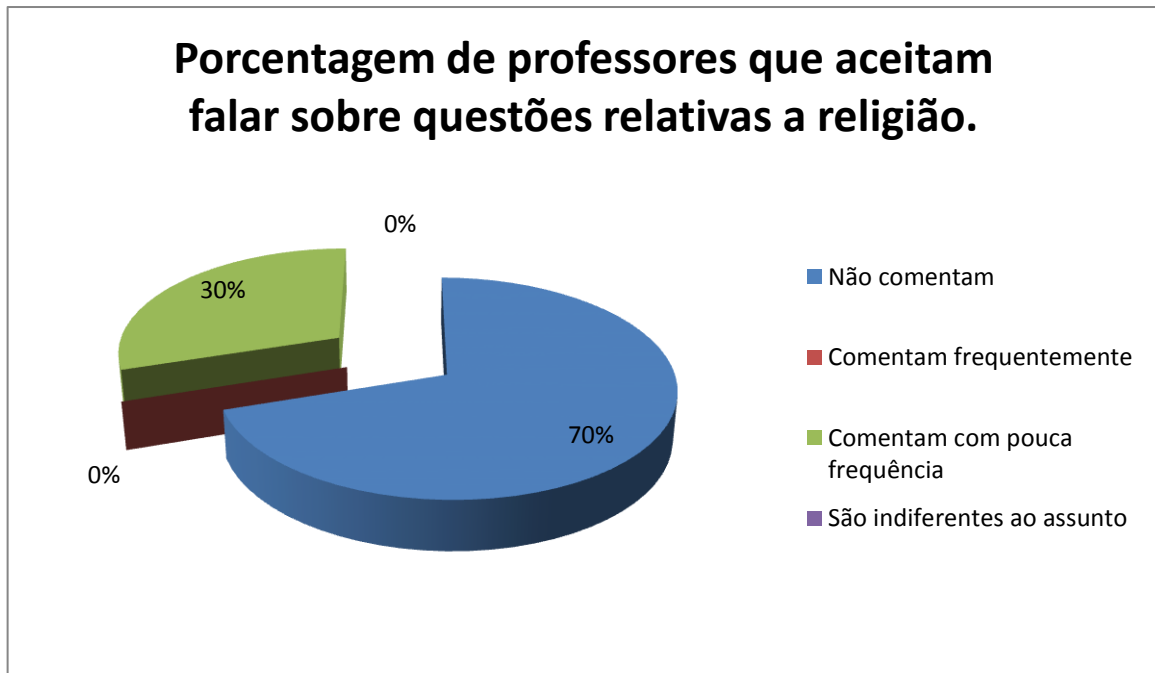


Gráfico 2 - Porcentagem de professores que aceitam falar sobre questões relativas à religião.

Os dados obtidos através dessa pergunta revelaram que os professores evitam falar sobre questões religiosas dentro de sala de aula. Talvez pelo desejo de demonstrar mais afinidade pelo universo científico²³¹, a pesquisa constatou que a grande maioria dos profissionais do Ensino Médio prefere abster-se de falar das questões relacionadas ao sagrado. Resta saber se o fazem por adequação às regras do estado laico ou por receio de perder o respeito como “detentor do conhecimento científico”.²³²

A quarta pergunta do questionário apresentado aos alunos queria saber a opinião dos mesmos acerca da temática Religião. É mister aqui observar que essa interpelação não mantinha em seu enunciado nenhuma relação direta com a disciplina de Filosofia, deixando os entrevistados livres para exporem suas opiniões da maneira que julgassem conveniente. O aluno que estava respondendo o questionário poderia expor suas visões acerca da temática religiosa. Para que as opiniões sobre esse assunto fossem registradas de forma a expressar o pensamento exato dos entrevistados, optou-se por elaborar essa questão de forma aberta, dando assim total liberdade para o entrevistado. Nesta questão obtivemos respostas como: “a religião é individual, cada um tem que ter sua escolha e quando for tocado no assunto, defendê-la, não deixando que ninguém mude sua

²³¹ MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 20.

²³² DEMO, Pedro. *Conhecer e Aprender: Sabedoria dos Limites e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2000, p. 18.

opinião”²³³; “religião é uma coisa que não se discute. É um assunto que quando tratado causa polêmica”²³⁴.

Os dados registrados nessa questão revelaram que a grande maioria dos entrevistados crê que assuntos relacionados à religião devem ser evitados em sala de aula por causarem polêmica. Mas também disseram que, quando esse assunto for tratado, deve-se expor sua opinião livremente, sem se envergonhar de suas crenças.

A quinta questão do questionário do aluno requeria do entrevistado descrever alguns dos principais assuntos tratados na disciplina de Filosofia. O enunciado dessa questão não direcionava o entrevistado a descrever algo religioso, mas simplesmente solicitava que escrevesse algo que comumente é tratado na disciplina de Filosofia e que ele tivesse registrado em sua memória. O objetivo dessa questão era sondar quais assuntos ministrados pela disciplina de Filosofia mais marcam os educandos. Para essa questão também se optou pelo modelo aberto de questionamento, pois esse modelo expõe de forma mais clara o que pensam os entrevistados. “A filosofia trata do feito do ser humano pensar e agir”²³⁵, e “ela oferece uma visão geral do pensamento filosófico desde a antiguidade até a época contemporânea”²³⁶.

Os dados registrados nessa questão apontam que as competências que mais marcam os alunos, são as que se ligam à forma em que o ser humano se relaciona com a sociedade e seus semelhantes, reafirmando a importância que a Filosofia exerce como articuladora nas relações humanas.

A sexta e última questão do questionário, solicitava que os alunos assinalassem a importância das disciplinas, estudadas por eles no Ensino médio, com os números de 1 a 11, sendo o número 1 o da disciplina de maior importância e o 11 a de menor importância.

- 1 – Língua Portuguesa
- 2 – Matemática
- 3 – Geografia
- 4 – História
- 5 – Filosofia
- 6 – Biologia
- 7 – Química e Física
- 8 – Sociologia

²³³ Vide anexos.

²³⁴ Vide anexos.

²³⁵ Vide anexos.

²³⁶ Vide anexos.

9 – Línguas Estrangeiras

10 – Ensino Religioso

11 – Educação Física

O resultado foi o seguinte:

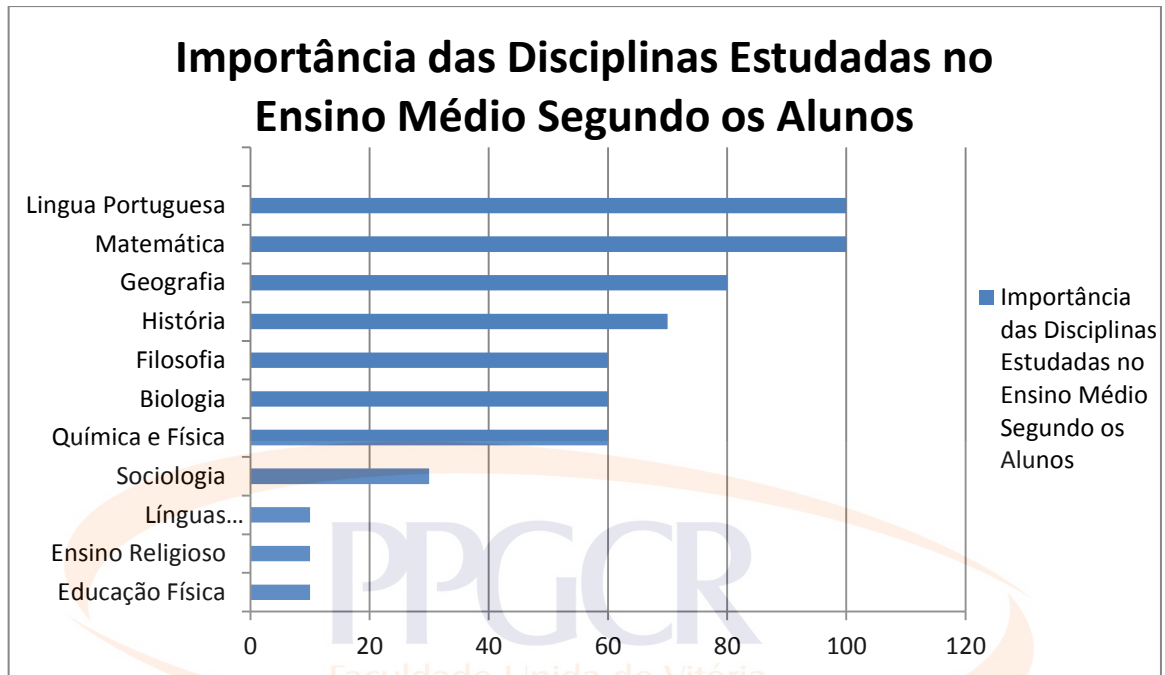


Gráfico 3 - Importância das Disciplinas Estudadas no Ensino Médio Segundo os Alunos

Em todos os casos, a disciplina apontada como a de maior importância foi a Língua Portuguesa, seguida pela Matemática. Isso é interessante, pois deixa claro que os alunos deduzem que, para entenderem as questões mais complexas da vida é necessário ler bem, ter domínio da interpretação e lógica.

Já na outra ponta da tabela de importância encontramos as disciplinas de Ensino Religioso, apontada nas pesquisas com o número 10, e a disciplina de Educação Física apontada pelos entrevistados com o número 11. Essas respostas remetem a uma forma costumeira de considerar essas disciplinas como de “menor” importância. Mesmo não sendo esse o objetivo deste trabalho, vale a pena refletir o motivo pelo qual isso ocorre. Será devido ao despreparo dos profissionais? Ou será má gestão das escolas e das autoridades competentes? Talvez a resposta, pelo menos para a questão do Ensino Religioso, tenha sido respondida acima quando os alunos dizem entender essa disciplina como geradora de conflitos.

3.3.2 Os professores²³⁷

Por estarem entre os extremos da teoria traçada pelos pedagogos e a prática da sala de aula, os professores têm importância estratégica nessa pesquisa, trazendo uma mediação entre o idealizado e a realidade.

As questões dirigidas aos professores foram as seguintes:

- 1- Há quanto tempo está lecionando a disciplina de Filosofia?
- 2 - Leciona em que segmento?
 - A) Ensino Fundamental
 - B) Ensino Médio
 - C) Ensino Fundamental + Médio
- 3 - Qual o maior desafio enfrentado dentro de sala de aula?
- 4 - Quais dos assuntos lecionados você classificaria como os mais relevantes para a formação social do aluno?
- 5 - Você observa alguma influência religiosa na disciplina de Filosofia? Se sim, descreva.
- 6 - Como você descreve as atitudes dos alunos em relação à religião?
- 7 – Como você classifica, de modo geral, o interesse de seus alunos em relação à temática religião?
 - () Muito Interessados
 - () Interessados
 - () Indiferentes
 - () Desinteressados
 - () Rejeitam tais temas
- 8 – Como você descreve a articulação da religião na formação do cidadão?

A primeira pergunta do questionário dirigido aos professores mostrou-se necessária para avaliar o perfil do profissional que lida com a disciplina de Filosofia nas escolas estaduais do Estado do Espírito Santo em nível médio de educação.

O resultado obtido com essa primeira pergunta revela que os professores que trabalham a disciplina de Filosofia no Ensino Médio capixaba são profissionais, com certa experiência de tempo. Segundo os dados colhidos na pesquisa, tais profissionais têm em média vinte e três anos de magistério, dedicados ao ensino da Filosofia ou de áreas afins.

²³⁷ Foram entrevistadas duas professoras.

A segunda questão exposta aos professores era do modelo fechado, e questionava o entrevistado em qual segmento de ensino ele atuava. Esse questionamento foi necessário à pesquisa para conhecer o universo de atuação desses profissionais do ensino.

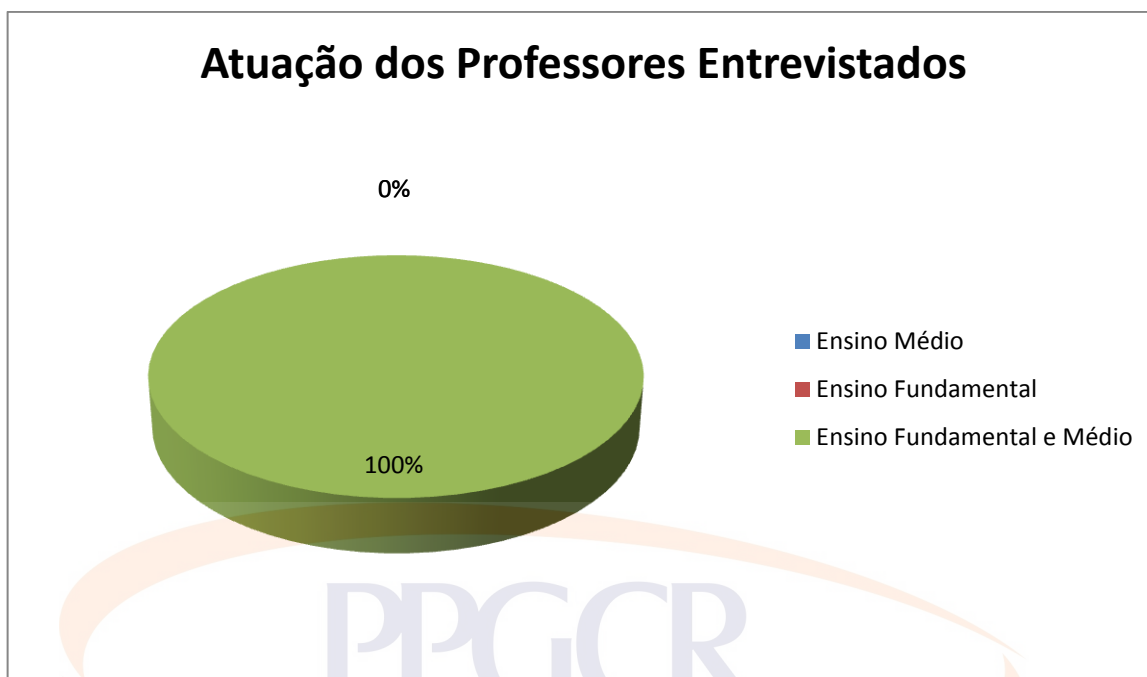


Gráfico 4 – Atuação dos Professores Entrevistados
Faculdade Unida de Vitória

Os dados referentes a essa segunda questão mostraram que quase a totalidade dos professores atua ou já atuou tanto no Ensino Médio quanto no Ensino Fundamental.

A terceira pergunta questionava o professor qual o maior desafio enfrentado por ele em sala de aula. É importante os professores apontarem esse aspecto, pois se sabe que eles conhecem a realidade das salas de aula. Essa pergunta foi elaborada a partir do método pergunta aberta, dando total liberdade para o entrevistado expor suas ideias.²³⁸ As respostas foram “a indisciplina fruto também das ‘desigualdades sociais’ nas várias esferas da sociedade brasileira. Entraves, inclua-se o ‘sistema de políticas públicas ineficientes’ às justas medidas, e ‘disciplina, interesse’”.

Os dados colhidos dessa terceira questão revelaram que a indisciplina e a superlotação são os maiores problemas que os professores precisam enfrentar. A indisciplina, sem dúvida, não é a raiz do problema, mas o produto final da ineficiência dos programas sociais, desigualdade social e problemas herdados do passado de colonização

²³⁸ TRIVIÑOS, Augusto. *Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1987, p. 54.

do país. A superlotação das salas de aula demonstra a incapacidade do governo em atender as necessidades básicas do cidadão, como o acesso à educação de qualidade.

A quarta questão solicitava aos professores que registrassem as temáticas julgadas como as mais relevantes para o aprendizado do aluno e conseqüentemente a sua formação geral. Os dados colhidos foram os seguintes:

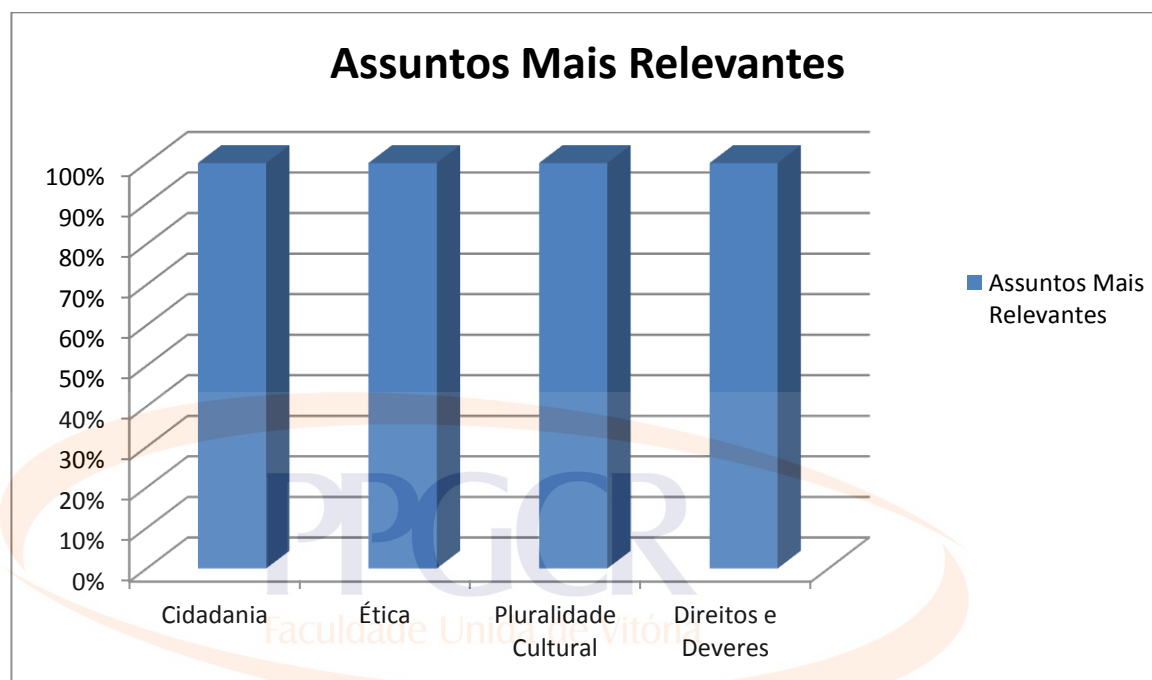


Gráfico 5 – Assuntos Mais Relevantes

Das respostas obtidas nesta questão podemos verificar que a preocupação das professoras é relacionada com o aprimoramento social e moral do aluno enquanto cidadão.

A quinta pergunta do questionário era se a professora observava alguma influência religiosa na disciplina de Filosofia. Foi pedido à mesma, que também descrevesse suas observações. Para essa questão também foi escolhido o método de questionamento aberto, a fim de dar maior liberdade à resposta do entrevistado.

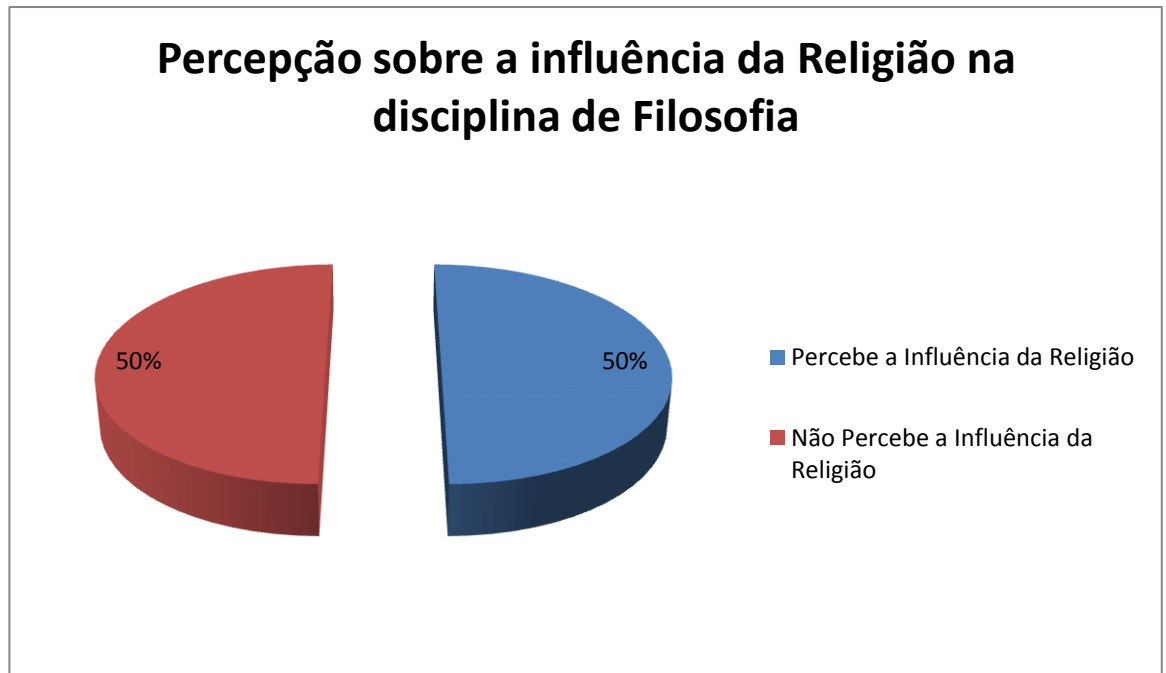


Gráfico 6 - Percepção sobre a influência da Religião na disciplina de Filosofia

Esta questão era a primeira do questionário que indagava diretamente os entrevistados sobre a relação entre Filosofia e Religião, tema central dessa dissertação, e as respostas vieram a corroborar nossas expectativas iniciais. “Observo e reitero o valor quando a referida, denominação religiosa, o inspira e auxilia às práticas cidadãs, por parte do aluno, ator, no espaço educacional” e “Não”, foram as respostas recebidas nesta questão.

Os dados colhidos nessa pergunta mostraram que, exatamente metade das entrevistadas, reconhece que a disciplina de Filosofia é composta de temas relativos à Religião, enquanto a outra metade disse não perceber a presença de tais temas nessa disciplina.

Essa questão comprovou o que foi assinalado no segundo capítulo deste trabalho, onde foi afirmado que as temáticas religiosas que moldaram a disciplina de Filosofia, ministrada no Ensino Médio brasileiro, em diversos casos, eram assimiladas de forma automática, não sendo compreendidas, muitas vezes, como assuntos religiosos.

A sexta questão solicitava à entrevistada que descrevesse as atitudes dos alunos em relação à Religião. Esse questionamento é importante, uma vez que permite medir o grau de interação entre aluno e professor quanto a assuntos religiosos.

Nesta questão, valores diversos têm somado negativamente, dentre a falta de estrutura familiar, uma maioria se desbeneficia por ter a ausência da religião, que se promotora do amor, “exercita longanimidade” e “apáticos”, foram as respostas colhidas.

Os dados colhidos nessa questão foram diferentes para todas as entrevistadas, variando da apatia ao pleno desejo de reproduzir os princípios recebidos nas estâncias religiosas.

Em conformidade à sexta questão, a sétima solicitava dos professores que indicassem o grau de interesse de seus alunos, nas temáticas religiosas de modo geral. Esta questão vinha complementar a anterior e servir como parâmetro para confirmar sua veracidade.

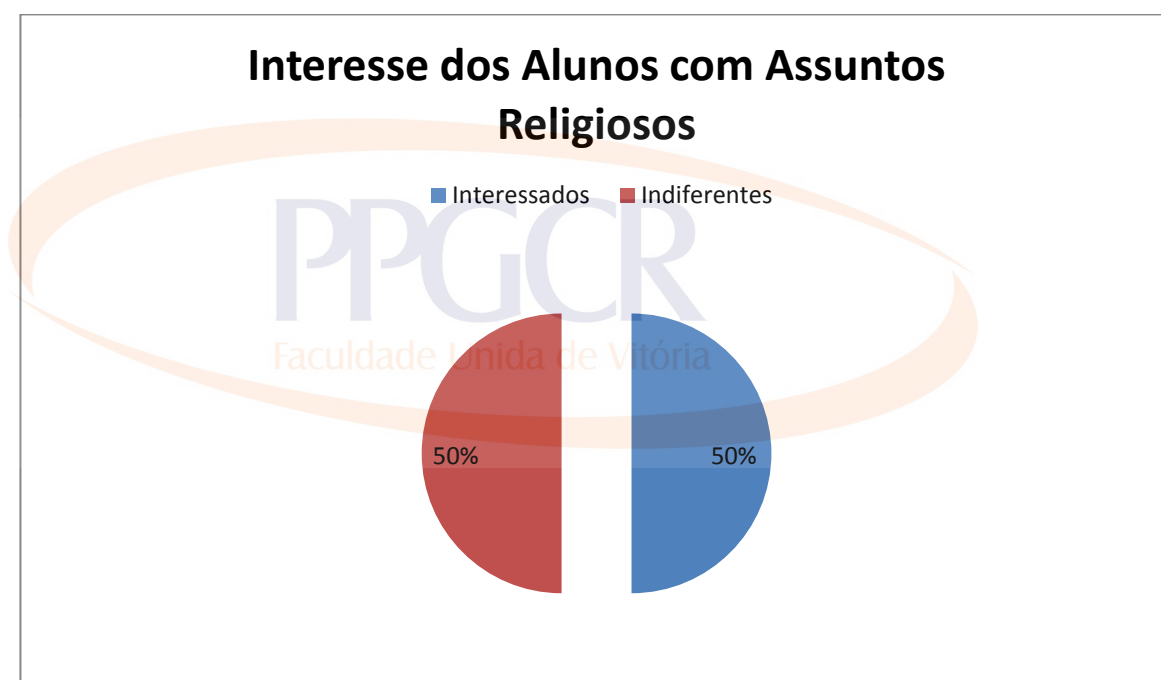


Gráfico 7 - Interesse dos Alunos com Assuntos Religiosos

Os dados referentes à sétima questão demonstraram, como na questão anterior, uma variação nas opiniões. Sendo que as opções “interessados” e “indiferentes” foram as assinaladas pelas entrevistadas.

A oitava e última questão solicitava que o entrevistado descrevesse sua opinião acerca da importância da Religião como articuladora no processo de formação do cidadão. Esta pergunta foi elaborada utilizando os parâmetros da modalidade resposta aberta, na intenção de dispensar mais liberdade ao entrevistado.²³⁹

²³⁹ TRIVIÑOS, Augusto. *Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1987, p. 59.

As respostas foram as seguintes: “no que leituras benéficas sobre a laicidade, se estabeleça, a garantir igualdade, de direitos, onde a fraternidade ganha espaço a promoção humana”, e “ seria muito bom se todos praticassem o que aprendem com a Religião”.

Nesta última questão os dados colhidos foram uníssonos no que tange a grande importância que a Religião tem na formação do indivíduo.

3.3.3 Os gestores²⁴⁰

O questionário aos gestores visava a obter informações de pessoas ligadas diretamente ao planejamento e logística educacional. Sabemos que o aprendizado não é composto apenas de dois personagens, professores e alunos, mas também de profissionais engajados em fazer um ensino de qualidade para os educandos.

Questionário para Gestores:

- 1 – Você trabalha em qual Escola e qual seu cargo?
- 2 – Como você classifica a disciplina de Filosofia?
() Importante () Sem Importância () Interessante () Sem interesse
- 3 – Como você descreve a disciplina de Filosofia?
- 4 – O que você pode dizer sobre a temática Religião na escola?
- 5 - Como você descreve as atitudes dos alunos em relação à Religião?
- 6 – Assinale as disciplinas de acordo com a importância dispensada por você. Obs. 1 (a mais importante) – 11(a de menor importância)
() Matemática () Português () Geografia () História
() Línguas Estrangeiras () Química e Física () Ensino Religioso
() Educação Física () Filosofia () Biologia () Sociologia

Diretores, secretários e pedagogos trabalham para elaborar as metas a serem alcançadas ao fim de cada ciclo letivo, e em cima de tais planejamentos o professor deve trabalhar. Esses planejamentos, bem como, o projeto político-pedagógico de cada escola, devem estar em conformidade com o currículo básico dos Estados da Federação e com a Lei de Diretrizes e Bases.²⁴¹

²⁴⁰ Foram ouvidas a diretora e a pedagoga da escola escolhida para servir de parâmetro.

²⁴¹ DEMO, Pedro. *Conhecer e Aprender: Sabedoria dos Limites e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2000, p. 11.

A primeira pergunta do questionário apresentado aos gestores escolares requeria que os entrevistados descrevessem seu cargo e o nome da escola em que exercem tal cargo. Essa pergunta se fez necessária para ratificar que os entrevistados eram profissionais da área pedagógica e exerciam suas funções no Ensino Médio, alvo dessa pesquisa.

Os dados colhidos com essa primeira questão mostraram que os profissionais entrevistados, de forma unânime, exercem seus cargos atendendo o ensino fundamental e médio.

A segunda questão do questionário solicitava aos gestores entrevistados que classificassem a disciplina de Filosofia quanto à sua importância. Esse questionamento estava presente para medir o grau de importância dispensado à disciplina de Filosofia, por parte dos profissionais responsáveis pela gestão escolar.



Gráfico 8 – Importância da Disciplina de Filosofia

Como é do conhecimento de todos que trabalham com Educação, em diversas escolas as disciplinas ligadas às ciências humanas e suas tecnologias, como Filosofia e Sociologia, são tratadas como sendo de pouca ou nenhuma importância.

Os dados colhidos nessa segunda questão demonstraram que todos os entrevistados entendem a Filosofia como uma disciplina importante, indispensável ao conhecimento dos alunos.

A terceira questão do questionário para gestores solicitava em seu enunciado que o entrevistado descrevesse, de modo geral, a disciplina de Filosofia. Essa questão foi importante no trabalho de pesquisa, para se conhecer qual a real importância dispensada à disciplina, por parte dos responsáveis pela organização escolar.

As respostas foram: “Acredito que é uma disciplina que possibilita aos alunos o estudo de problemas fundamentais relacionados à sua existência, ao conhecimento em si e aos valores éticos”²⁴² e “ensina aos alunos o conhecimento de valores éticos e morais”²⁴³.

Nessa questão, as respostas obtidas foram proporcionais aos conteúdos propostos a serem trabalhados por parte do currículo básico da Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo. Ficou, aqui, patente que os gestores escolares acreditam que a disciplina de Filosofia traz ao cidadão a possibilidade de aperfeiçoamento, permitindo ao educando a assimilação de valores éticos e morais e a discussão dos problemas fundamentais relacionados à existência humana.

Ao chegar à quarta questão as entrevistadas eram solicitadas a expressar suas opiniões sobre a temática “Religião na Escola”. Esse questionamento tinha por objetivo avaliar as influências religiosas nas disciplinas ministradas no Ensino Médio, segundo o entendimento dos gestores escolares.

As respostas foram as seguintes: “acredito que as escolas deveriam trabalhar sistematicamente essa disciplina com enfoque no ser humano, nos valores e na importância do acreditar em Deus, ajudando o educando a rever sua postura perante os conflitos, problemas da vida”²⁴⁴ e “a religião é muito importante e deveria ser mais valorizada na escola”²⁴⁵.

As respostas obtidas nessas questões mostram que grande parte dos gestores acredita que a temática religiosa deve estar presente nas salas de aula a fim de encorajar os alunos na prática da religião. Foi comum às entrevistadas o pensamento de que se o aluno acredita em Deus e pratica uma religião, isso o influenciará para a melhoria de seu comportamento geral, qualificando, assim, a Religião como agente formador da sociedade.

A penúltima questão do presente questionário requisitava ao entrevistado descrever as atitudes dos alunos em relação à Religião. Essa questão se mostrou importante para medir o nível de proximidade e conhecimento que os profissionais da parte administrativa têm com relação aos pensamentos dos alunos à temática aqui estudada.

²⁴² Vide anexos.

²⁴³ Vide anexos.

²⁴⁴ Vide anexos.

²⁴⁵ Vide anexos.

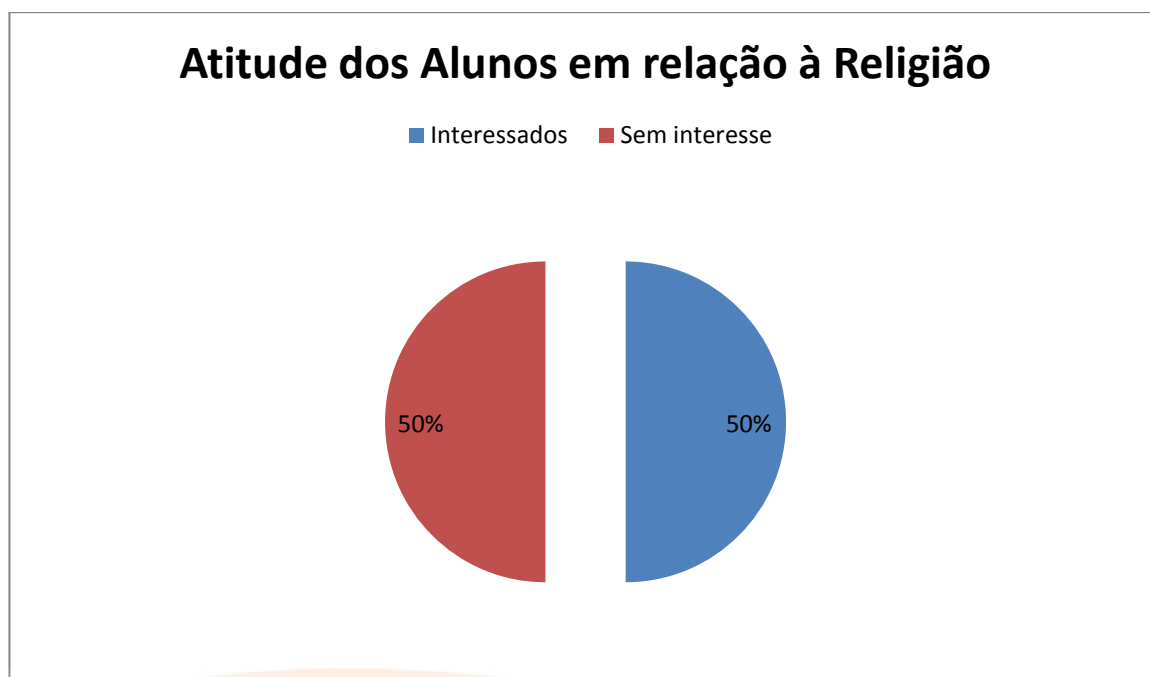


Gráfico 9 - Atitude dos Alunos em relação a Religião

Essa questão obteve variação de resposta, recebendo as respostas: “desinteressados e interessados”.

Para encerrar o questionário dos gestores, foi requerido aos mesmos que ordenassem as disciplinas estudadas no Ensino Médio, por ordem de importância, segundo o entendimento do entrevistado.

Essa questão foi de importância para avaliar como a Filosofia, objeto de nossa pesquisa, está posicionada em importância, quando posta em paralelo às outras disciplinas do Ensino Médio, no Estado do Espírito Santo.

O resultado final desta questão foi:

- 1 - Português
- 2 - Matemática
- 3 - História
- 4/5 - Geografia /Filosofia
- 6 - Química e Física
- 7 - Biologia
- 8 - Sociologia
- 9 - Ensino Religioso
- 10 - Educação Física

11 - Línguas Estrangeiras

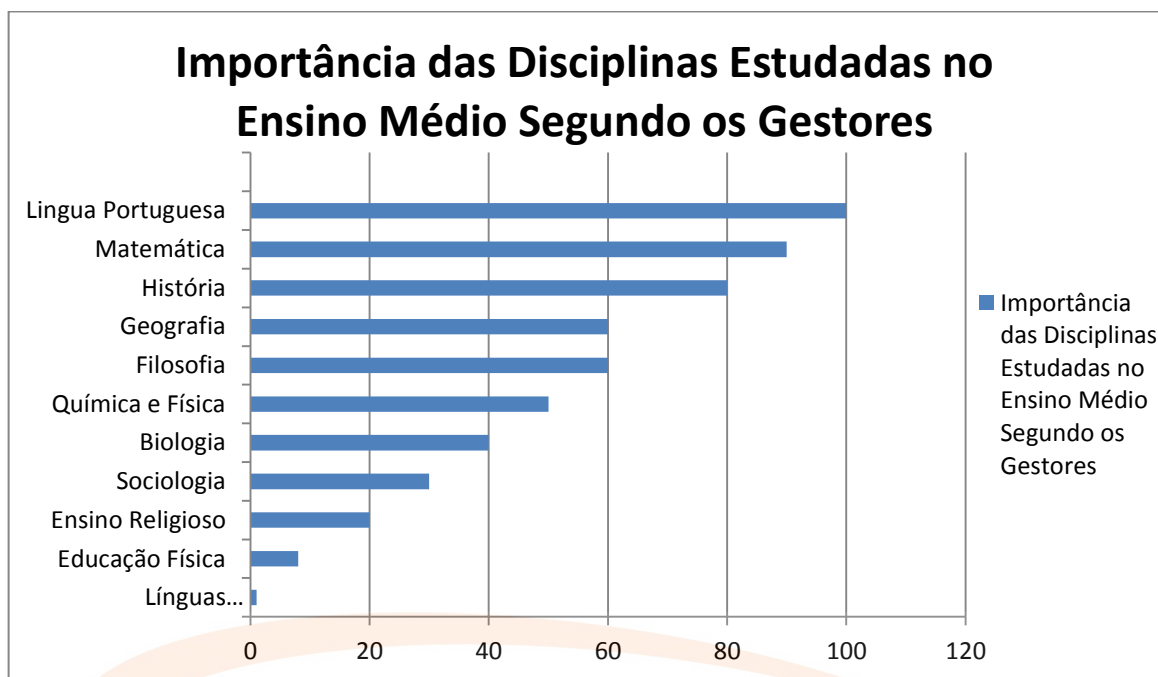


Gráfico 10 - Importância das Disciplinas Estudadas no Ensino Médio Segundo os Gestores

Foram propostas onze competências, que deveriam ser classificadas com os numerais de 1 (um) (mais importante) até 11(once)(menos importante). Essa questão foi elaborada de acordo com o modelo conhecido por semiaberto, a fim de partilhar a liberdade para com o entrevistado e a objetividade desejada à resposta.

Os dados aqui colhidos não foram muito diferentes dos do aluno, a disciplina votada como sendo a de maior importância para a formação do aluno foi a disciplina de Língua Portuguesa, seguida pela Matemática. Já na outra ponta da tabela, encontram-se as competências de Línguas Estrangeiras e Educação Física.

3.4 Conclusão da pesquisa de campo

A pesquisa de campo nesta dissertação veio mostrar que a hipótese inicial sobre a presença religiosa na prática docente da disciplina de Filosofia do Ensino Médio do Estado do Espírito Santo estava correta, apontando que a Religião se manifesta na prática do ensino de Filosofia.

Quanto aos alunos, foi possível verificar que suas relações com o ensino da Filosofia é superficial e mediana, não sendo essa disciplina considerada como de

fundamental importância, como a Matemática, mas também não sendo desprezada como as disciplinas de Educação Física e Ensino Religioso.

Também foi possível constatar que a disciplina de Filosofia propicia tratar dos assuntos religiosos de maneira mais benquista do que a disciplina de Ensino Religioso. A pesquisa mostrou que a Filosofia sofre menos rejeição que o Ensino Religioso. Da mesma forma, os alunos demonstraram que a temática religiosa é na maioria das vezes, evitada.

O questionário respondido pelos professores mostrou que a disciplina de Filosofia é lecionada por profissionais experientes. Os profissionais da Educação que responderam o questionário têm mais de vinte anos lecionando a disciplina. Esses nomearam a indisciplina e o desinteresse como os problemas mais presentes em sala de aula.

Os professores também citaram os assuntos relacionados à cidadania e à convivência harmônica como os principais na disciplina de Filosofia.²⁴⁶ A temática religiosa foi lembrada como auxiliadora na formação de um cidadão mais tolerante, porém os mesmos professores disseram que, por vezes, não observam influência direta da Religião nos conteúdos ministrados nas aulas de Filosofia, indo, assim, ao encontro de nossa hipótese inicial.

Os gestores escolares também salientaram a filosofia como sendo uma disciplina de importância para a formação do aluno. Quanto à temática religiosa, acreditam que ela acrescenta valores à educação do indivíduo.

A presença da Religião na prática docente da disciplina de Filosofia se pode confirmar pelos conteúdos programáticos. Essa presença da Religião nem sempre é notada por professores e alunos como tal. Onde ela é notada, ela é mais bem aceita do que no Ensino Religioso. A secularização fez com que conteúdos religiosos de cunho universal fossem transferidos para áreas seculares.

A pesquisa revelou que a disciplina de Filosofia é mais bem aceita que a disciplina de Ensino Religioso. Nos questionários respondidos pelos alunos, foi possível observar que há certa rejeição quanto ao Ensino Religioso escolar, os próprios entrevistados declararam que assuntos de natureza religiosa geram polêmica em sala de aula. Assim é possível constatar que valores ou assuntos religiosos são melhores recebidos pelos alunos quando tratados pela disciplina de Filosofia.

²⁴⁶ V. página 69.

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou verificar como a influência religiosa se faz presente na prática docente no ensino da Filosofia do Ensino Médio e como ela é sentida e interpretada. A herança religiosa no país é muito grande, e o presente trabalho quis pesquisar como tal herança se dá na educação, em especial na disciplina de Filosofia.

Para uma melhor perspectiva da presença religiosa na educação, além da disciplina supracitada, analisamos também outras disciplinas laicas como a Biologia, a Sociologia, etc. Em todas elas foram observadas marcas da presença religiosa.

A presente dissertação se baseou em uma pesquisa documental e em pesquisa de campo. A primeira foi necessária para melhor conhecer o que os documentos oficiais, como a LDB e o Currículo Básico da SEDU, dizem a respeito do ensino da Filosofia. Através de tais documentos, também, verificamos como a presença religiosa se faz presente nos conteúdos de Filosofia. A pesquisa de campo se mostrou importante para experimentar a hipótese inicial. Nessa fase, foram realizadas entrevistas com gestores escolares, professores e alunos; os resultados colhidos a partir da pesquisa de campo corroboraram as perspectivas iniciais. Apesar da disciplina de Filosofia ter sido moldada pela religiosidade brasileira, isso passa, muitas vezes, despercebido até mesmo por profissionais da área.

Na pesquisa de campo, foi possível verificar que os alunos, geralmente, preferem não abordar assuntos de natureza religiosa. Segundo alguns entrevistados, tais assuntos, quando discutidos, geram polêmica. Desta forma, a pesquisa revela que diversos assuntos da mesma natureza são abordados na disciplina de Filosofia, sem serem encarados como religiosos, tanto pelos professores quanto pelos alunos.

Na pesquisa de campo, observamos ainda que as professoras de Filosofia consideram que as temáticas que objetivam a disseminação de valores éticos e morais e buscam ensinar princípios para uma convivência social harmônica são encaradas como de maior importância. Esses princípios são parecidos com os ensinados por diversas religiões. Mas, tais assuntos são melhor aceitos, quando ensinados na disciplina de Filosofia do que na de Ensino Religioso.

Sobre as disciplinas presentes no Ensino Médio, verificamos que as disciplinas taxadas como as de maior importância são Língua Portuguesa e Matemática, e as consideradas de menor importância são Ensino Religioso e Educação Física.

A Filosofia não figura nem entre as mais importantes, nem entre as de menor importância. Entretanto, a pesquisa revelou que a aceitação desta é maior do que a de Ensino Religioso, o que pode ser uma das justificativas de uma melhor assimilação da temática religiosa quando ministrada sob a égide da Filosofia.

Ao longo do trabalho foi possível constatar que a religiosidade, que sempre foi uma constante no Brasil, ainda se encontra em alta. Dados do senso demonstram que o povo brasileiro ainda acha importante participar de uma Religião, e até mesmo entre os jovens, uma considerável parcela se considera religiosa.

Constatou-se, no entanto, também que, em diversas ocasiões, as influências religiosas no Brasil passam despercebidas, como, por exemplo, em nomes de cidades, eventos festivos, monumentos culturais, feriados nacionais, dentre outros. Alguns destes foram desenvolvidos para melhor compreensão do tema em estudo. No processo de secularização, os sentidos religiosos se perderam, transformando-se em aspectos da cultura geral que nada mais têm a ver com determinada fé.

Enquanto investigamos as diversas disciplinas, em especial, a competência de Filosofia, foi percebido que na Sociologia, História e Filosofia, o processo de interação com a religião é tão agudo que gera novas áreas, expandindo e enriquecendo os estudos religiosos e seu desenrolar na sociedade, assim como no caso da História das Religiões, Filosofia da Religião e Sociologia da Religião. Ainda está por ser pesquisado até que ponto essas disciplinas, fruto dessa interação com a Religião, são sinais da continuidade do tema “Religião numa sociedade secularizada”.

Um horizonte enorme se abre para novas pesquisas. As observações feitas aqui, são parciais e limitadas e estão longe de serem definitivas. Muito ainda há de ser pesquisado sobre a presença da Religião em disciplinas seculares e sua recepção na escola, para que, de fato se possa conhecer os efeitos da fé, no ensino de nosso país.

REFERÊNCIAS:

ACADEMIA EVANGÉLICA DE LETRAS DO BRASIL. *Cultura, fé e religião*. Rio de Janeiro: CPAD, 1985.

ALVES, Rubem. *Conversas sobre Educação*. Campinas: Verus, 2003.

ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência: Introdução ao jogo e as suas regras*. 12 ed. São Paulo: Loyola, 2007.

ALVES, Rubem. *Religião e Repressão*. São Paulo: Loyola, 2012

ALVES, Rubem. *Um mundo num grão de areia: O ser humano e seu universo*. Campinas: Verus, 2002.

ALTMANN, Walter. *O Pluralismo Religioso como Desafio ao Ecumenismo e à Missão na América Latina. Desafios Missionários na Realidade Brasileira (CECA)*. São Leopoldo: 1997.

AGOSTINHO, Bispo de Hipona. *Confissões*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

AQUINO, T. *Suma Teológica, Iª – IIª. Col. Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

ARRUDA, José; PILETTI, Nelson. *Toda a História: história Geral e história do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2007.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Cristo redentor*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=310849>>. Acesso em: 19 mar. 2016

AZEVEDO, Israel Belo de. *O prazer da produção científica: diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos*. Piracicaba: UNIMEP, 1992.

BARIOS, Irina; FUENTES, María T.; RODRIGUEZ, Francisco J. *Introducción a la metodología de las investigaciones sociales*. La Habana: E. Política, 1994.

BAUMAN, Zigmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BENJAMIN, Walter. *Reflexão sobre a criança, o brinquedo e a educação*. 2 ed. São Paulo: Duas Cidades, 2014. Coleção Espírito Crítico.

BERGER, Peter Ludwig. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BERGER, Peter Ludwig. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulinas, 1985.

BOFF, Leonardo. *Graça e experiência humana*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOFF, Leonardo. *O povo brasileiro: um povo místico e religioso*. São Leopoldo: UNISINOS, 2014. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/529296-o-povo-brasileiro-um-povo-mistico-e-religioso>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

BRASIL, (1988). *Constituição: República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Serviço Gráfico.

BRASIL. *Constituição Federal (1824)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BRASIL. *Constituição Federal (1891)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BRASIL. *Constituição Federal (1934)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BRASIL. *Constituição Federal (1937)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BRASIL. *Constituição Federal (1946)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BRASIL. *Constituição Federal (1867)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BRASIL. *Decreto Federal nº 119-a de 1890*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm>. Acesso em: 25 jun. 2016.

BRASIL. Ministério Da Educação. *Conselho Nacional De Educação*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb022_08.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2016.

BRASIL. Ministério Da Educação. *Filosofia e Sociologia no Ensino Médio*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/par/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12768-filosofia-e-sociologia-no-ensino-medio-sp-1870990710>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1997). Lei nº 9.475/97. *Diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília: Diário Oficial da União, 23 de julho e 1997, seção I.

CALENDARR. *Calendário do Brasil*. Disponível em: <<http://www.calendarr.com/brasil/natal/>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

CALMON, Pedro. *História Social do Brasil: Espírito da Sociedade Colonial*, São Paulo: Martins Fontes. 2010.

CATOLICISMO. *Nomes de Cidades religiosas*. Disponível em: <<http://catolicismo.com.br/materia/materia.cfm/idmat/D61549E6-3048-313C-2E5F3E729046D313/mes/Outubro1993>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

CESARE, Paulo Henrique. *Religião e Estado: Estado Laico é diferente de Estado antirreligioso*. São Paulo: Consultor Jurídico, 2012. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2012-mar-21/estado-laico-nao-sinonimo-estado-antirreligioso-ou-laicista>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

CERDA, Hugo. *Los elementos de la investigación: como conocerlos, diseñarlos y contruirlos*. Quito: Abya Yala, 1993.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

CHAUÍ, Marilena. *Iniciação à Filosofia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2014.

CHAUÍ, Marilena. *Introdução à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2013.

CONSULTOR JURÍDICO. *A laicidade não expressa eliminação dos símbolos religiosos*. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2009-ago-21/laicidade-nao-expressa-eliminacao-simbolos-religiosos>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CONSULTÓRIO JURÍDICO. *Estado Religioso*. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-mai-27/leia-palestra-ministro-gilmar-mendes-estado-religiosos>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

CONVENÇÃO GERAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS NO BRASIL. *Diretrizes e Bases normativas do CEC*. Rio de Janeiro: CGADB, 2002.

COMTE, A. *Système de politique positive ou traité de Sociologie instituant la Religion de l'Humanité. T.II : Contenant la Statique Sociale ou le Traité abstrait de l'ordre humain*. 3ème ed. Paris: Larousse. In: LACERDA, Gustavo Bicaia. *Elementos Estáticos da Teoria Política de Auguste Comte*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 23, n. 3, p. 63-78, set./nov. 2004.

COTRIM, Gilberto. *História Global*. São Paulo: Saraiva, 2013.

COX, Harvey. *A Cidade Secular: A secularização e a urbanização na perspectiva teológica*. São Paulo: Academia Cristã, 2015.

CRISTO REDENTOR OFICIAL. *A história em um clique*. Disponível em: <<https://cristoredentoroficial.com.br/a-historia-em-um-clique>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

DEMO, Pedro. *Conhecer e aprender: sabedoria dos limites e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DEMO, Pedro. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. 12ª Edição. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

DEMO, Pedro. *Política Social, Educação e Cidadania*. Campinas, SP.: Papyrus, 1994.

DEMO, Pedro. *Saber Pensar*. São Paulo: Cortez, 2000.

DESCARTES, R. *Discurso do método*. Porto Alegre: Editora L&PM, 2014.

DURKHEIM, É. *As formas elementares de vida religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989.

DURKHEIM, É. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Presença, 1998.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ESPIRITO SANTO. *Currículo Básico da Escola Estadual*, SEED-ES, 2009.

ESQUISANI, Valdecir Antônio. *Ensinar a Pensar*. Porto Alegre: PUCRS, 2001.

FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano*. São Paulo: Difel, 1984.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Entidades do comércio registram em 2015 o pior natal da década*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/12/1723640-entidades-do-comercio-registram-em-2015-o-pior-natal-da-decada.shtml>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

FOUCAULT, M. *Histoire de la folie à l'âge classique*. Paris: Gallimard, 1972 (Coll. Tel).

FULLAN, Michael; Hargreaves, Andy. *A Escola como Organização Aprendiz: buscando uma educação de qualidade*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GALLO, Sílvio. *Filosofia: experiência do pensamento*. São Paulo: Scipione, 2014.

GEISLER, Norman L.; NIX, William E. *A General Introduction to the Bible*. Chicago: Hardcover, 1986.

GEORGE, Timothy. *A Teologia dos Reformadores*. Vida Nova, São Paulo, 2009.

GLOBO. *Presépio de Santa Branca*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2013/12/moradores-mantem-viva-tradicao-de-montar-presepios-em-santa-branca.html>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

GLOBO. *Religião dos Jovens brasileiros*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornada-mundial-da-juventude/2013/noticia/2013/07/442-dos-jovens-entre-16-e-24-anos-sao-catolicos-diz-data-popular.html>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

GRESCHAT, Hans-Jürgen. *O que é ciência da religião?* São Paulo: Paulinas, 2005.

GOSPEL MAIS. *Festas juninas evangélicas*. Disponível em: <<http://noticias.gospelmais.com.br/silas-malafaia-versao-gospel-festas-juninas-foco-jesus-54880.html>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital*. 3 ed. Stanford: Weindenfeld, 1977.

IBGE. Censo Demográfico 2000 - Resultados do universo. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISAS DATA POPULAR. *Levantamento sobre a religião no Brasil*. São Paulo. 2014. Disponível em: <<http://www.agppesquisas.com.br/noticias-e-artigos/jovens-catolicos-sao-442-e-evangelicos-376-diz-pesquisa/>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

INSTITUTO DATAFOLHA DE PESQUISAS. *Levantamento das religiões brasileiras*. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/09/138655096-mudanca-de-cenario-religioso.shtml>> (2013a). Acesso em: 02 jun. 2016

INSTITUTO DATAFOLHA DE PESQUISAS. *Cenário religioso nacional*. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/07/1314857-fatia-de-catolicos-e-a-menor-em-duas-decadas.shtml>> (2013b). Acesso em: 02 jun. 2016.

JUSTIÇA BRASIL. *O crucifixo nos lugares públicos*. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/21288/os-crucifixos-e-o-judiciario-brasileiro-religiao-historia-ou-cultura>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

KASCHEL, Werner. *Dicionário expandido da Bíblia de Almeida*. 2 ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2005.

LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2005.

LUTERANOS. *O nascimento de Jesus*. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/criancas-encenam-o-nascimento-de-jesus-em-presepio-vivo>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

MACHADO, Jônatas. *Estado Constitucional E Neutralidade Religiosa*. São Paulo: Livraria do advogado, 2013.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEC. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais e ética*: v. 8 MEC/SEF, p. 146, 1997.

MONDIN, Battista. *Curso de filosofia*. 10 ed. São Paulo: Paulus, 2006.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 3. ed. Brasília: UNESCO, 2001.

MORIN, E.; LE MOIGNE, J.L. *A inteligência da complexidade*. Paulo: Petrópolis, 2000.

NAVARRO, Fred. *Dicionário do Nordeste*. Alagoas: Estação Liberdade, 2004.

NOVA ESCOLA. *A Educação Religiosa no Estado Laico*. Disponível em <<http://novaescola.org.br/politicas-publicas/ensino-religioso-escola-publica-relacao-delicada-laica-religiao-747579.shtml>>. Acesso em 27 jun. 2016.

O RIO DE JANEIRO. *Festa junina*. Disponível em: <<http://www.oriodejaneiro.com/festajunina-htm/>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

PARÓQUIA DA POMPÉIA. *Presépio vivo*. Disponível em: <<http://www.paroquiadapompeia.com.br/site/presepio-vivo-2012>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

PERRENOUD, Philippe. *Dez Novas Competências para ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PERRENOUD, Philippe; THURLER, Mônica Gather. *As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *O crescimento da liberdade religiosa e o declínio da religião tradicional: a propósito do Censo de 2010*. Anuac – Rivista Dell'Associazione Nazionale Universitaria Antropologi Culturali [on line]. Cagliari – Itália, v. 1, n. 2, nov. 2012. Disponível em: <ojs.unica.it/index.php/anuac/article/download/1610/1359>. Acesso em: 20 mar. 2016.

PÚLPITO CRISTÃO. *Nomes de Igrejas no Brasil*. Disponível em: <<http://www.pulpitocristao.com/2011/08/parece-mas-nao-e-clonagem-de-nomes.html>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

RAMOS, Marise Nogueira. *A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?* 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

REVISTA SUPER INTERESSANTE. São Paulo: Abril, 2015. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/voce-sabe-quais-sao-as-novas-sete-maravilhas-do-mundo-confira-aqui>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

REVISTA VEJA. *As sete Constituições da história do Brasil*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/multimedia/infograficos/as-sete-constituicoes-da-historia-do-brasil>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Do contrato social*. 2 ed. Leme: EDIJUR, 2013. 154. Série Clássicos.

SANTA BRANCA. *Cidade presépio*. Disponível em: <http://santabranca.sp.gov.br/?page_id=1170>. Acesso em: 25 jun. 2016.

SARGENTIM, Hermínio. *Dicionário de ideias afins*. São Paulo: IBEP, 1990.

SILVA, Paulo S. *A Polaca*. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/a-polaca>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

STORIG, Hans J. *História Geral da Filosofia*. Petrópolis: Vozes, 2008.

STRECK, Gisela; LAUX, Núbia (Orgs.). *Manual de normas para trabalhos científicos*. 2 ed. rev. ampl. São Leopoldo: EST, ISM, 2009.

TEIXEIRA, F.; MENEZES, R. *As religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. Petrópolis: Vozes, 2006.

TIMOTHY, George. *Teologia dos Reformadores*. São Paulo: Vida Nova, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o Marxismo*. São Paulo: Atlas, 1987.

TUCKER, Ruth A. *Até os Confins da Terra*. São Paulo: Sociedade Religiosa, Edições Vida Nova, 1986.

UFES, BIBLIOTECA CENTRAL. *Guia para normalização de referências Bibliográficas*. Vitória: UFES, 1998.

UFES, BIBLIOTECA CENTRAL. *Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos: Guia para alunos, professores e pesquisadores da UFES*. Vitória: UFES, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. *A história da Universidade*. Disponível em: <<http://www.ufam.edu.br/historia-da-ugm>>. Acesso em: 25 jun. 2016.


VERSIGNASSI, Alexandre. Quem matou Jesus? *Revista Super Interessante*. São Paulo, a. XV, n. 199, abril 2004, p. 17-29.

WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UNB, 1999.

Yin Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ANEXO II – Questionários a gestores.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória – 21/10/2016.



FACULDADE UNIDA

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 ORIENTADOR: DR. NELSON KILPP
 MESTRANDO: PAULO JONAS DOS SANTOS JÚNIOR

Questionário para Gestores

1 – Você Trabalha em qual Escola e qual seu cargo?
Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio "Horácio Alvim" – cargo Pedagogo

2 – Como você classifica a disciplina de Filosofia?
 Importante Sem Importância Interessante Sem interesse

3 – Como você descreve a disciplina de Filosofia?
Acredito que é uma disciplina que proíbe aos alunos o estudo de problemas fundamentais relacionados à sua existência, ao conhecimento em si e aos valores éticos


4 – O que você pode dizer sobre a temática Religião na escola.
Acredito que as escolas deveriam trabalhar sistematicamente essa disciplina com enfoque no ser humano nos valores e na importância de acreditar em Deus, ajudando o educando a rever sua

5 – Como você descreve as atitudes dos alunos em relação a religião?
Alguns sem interesse, motivação.

a rever sua
 postura
 perante
 os
 conflitos/
 problemas
 da vida

6 – Assina – le as disciplinas de acordo com a importância dispensada por você. Obs. 1 (a mais importante) – 11(a de menor importância)

(2) Matemática	(1) Português	(5) Geografia	(4) História
(11) Línguas Estrangeiras	(6) Química e Física	(7) Ensino Religioso	
(10) Educação Física	(3) Filosofia	(8) Biologia	(9) Sociologia


 Fabiana M. Antunes Thibaut
 Pedagoga
 Nº Funcional 2769816



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 ORIENTADOR: DR. NELSON KILPP
 MESTRANDO: PAULO JONAS DOS SANTOS JÚNIOR

Questionário para Gestores

1 – Você Trabalha em qual Escola e qual seu cargo?

E.E.E.F.M "Horácio Plínio" - cargo diretor

2 – Como você classifica a disciplina de Filosofia?

Importante () Sem Importância () Interessante () Sem interesse

3 – Como você descreve a disciplina de Filosofia?

Uma disciplina importante

4 – O que você pode dizer sobre a temática Religião na escola.

Acho importante


5 - Como você descreve as atitudes dos alunos em relação a religião?

Temos alguns interessados e outros desinteressados

6 – Assina – le as disciplinas de acordo com a importância dispensada por você. Obs. 1 (a mais importante) – 11(a de menor importância)

(2) Matemática (1) Português (5) Geografia (3) História
 (10) Línguas Estrangeiras (6) Química e Física (7) Ensino Religioso
 (19) Educação Física (4) Filosofia (8) Biologia (9) Sociologia

ANEXO III – Questionário a alunos.



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
ORIENTADOR: DR. NELSON KILPP
MESTRANDO: PAULO JONAS DOS SANTOS JÚNIOR

Questionário para Aluno

1 – Você está estudando em qual Série?
 1º Ano

2 – Como você classifica a disciplina de Filosofia?
 Importante () Sem Importância () Interessante () Sem interesse

3 – Sobre seus professores enquanto assuntos religiosos.
 () Não comentam Comentam Frequentemente () Comentam com pouca frequência () São indiferentes ao assunto

4 – O que você pode dizer sobre a temática Religião.
 Não é bom falar disso na escola.

5 – Descreva alguns dos Principais assuntos tratados na disciplina de filosofia.
 Nos ensina a pensar um pouco mais.

6 – Assina – le as disciplinas de acordo com a importância dispensada por você. Obs. 1 (a mais importante) – 11(a de menor importância)

<input checked="" type="checkbox"/> Matemática	<input checked="" type="checkbox"/> Português	<input checked="" type="checkbox"/> Geografia	<input checked="" type="checkbox"/> História
<input checked="" type="checkbox"/> Línguas Estrangeiras	<input checked="" type="checkbox"/> Química e Física	<input checked="" type="checkbox"/> Ensino Religioso	
<input checked="" type="checkbox"/> Educação Física	<input checked="" type="checkbox"/> Filosofia	<input checked="" type="checkbox"/> Biologia	<input checked="" type="checkbox"/> Sociologia



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 ORIENTADOR: DR. NELSON KILPP
 MESTRANDO: PAULO JONAS DOS SANTOS JÚNIOR

Questionário para Aluno

1 – Você está estudando em qual Série?

1^o.

2 – Como você classifica a disciplina de Filosofia?

Importante () Sem Importância () Interessante () Sem interesse

3 – Sobre seus professores enquanto assuntos religiosos.

() Não comentam Comentam Frequentemente () Comentam com pouca frequência () São indiferentes ao assunto

4 – O que você pode dizer sobre a temática Religião.

É UM ASSUNTO QUE É UMUITO POUCO COMENTADO.

5 – Descreva alguns dos Principais assuntos tratados na disciplina de filosofia.

DIVERSOS ASSUNTOS DA HISTÓRIA.

6 – Assina – le as disciplinas de acordo com a importância dispensada por você. Obs. 1 (a mais importante) – 11(a de menor importância)

(2) Matemática (4) Português (3) Geografia (7) História
 (9) Línguas Estrangeiras (7) Química e Física (10) Ensino Religioso
 (11) Educação Física (5) Filosofia (6) Biologia (8) Sociologia



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 ORIENTADOR: DR. NELSON KILPP
 MESTRANDO: PAULO JONAS DOS SANTOS JÚNIOR

Questionário para Aluno

1 – Você está estudando em qual Série?

*Segundo ano de ensino médio, Exda Horácio
 Lima.*

2 – Como você classifica a disciplina de Filosofia?

Importante () Sem Importância () Interessante () Sem interesse

3 – Sobre seus professores enquanto assuntos religiosos

() Não comentam () Comentam Frequentemente Comentam com pouca
 frequência () São indiferentes ao assunto

4 – O que você pode dizer sobre a temática Religião.

Deve ser evitada, Polêmico.

5 – Descreva alguns dos Principais assuntos tratados na disciplina de filosofia.

Socrátes, Pensamento, Deus, Amor.

6 – Assina – le as disciplinas de acordo com a importância dispensada por
 você. Obs. 1 (a mais importante) – 11(a de menor importância)

Matemática Português Geografia História
 Línguas Estrangeiras Química e Física Ensino Religioso
 Educação Física Filosofia Biologia Sociologia



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 ORIENTADOR: DR. NELSON KILPP
 MESTRANDO: PAULO JONAS DOS SANTOS JÚNIOR

Questionário para Aluno

1 – Você está estudando em qual Série?

2 – Como você classifica a disciplina de Filosofia?

Importante () Sem Importância () Interessante () Sem interesse

3 – Sobre seus professores enquanto assuntos religiosos.

Não comentam () Comentam Frequentemente () Comentam com pouca frequência () São indiferentes ao assunto

4 – O que você pode dizer sobre a temática Religião.

Aprendemos um caso e devemos seguir.

5 – Descreva alguns dos Principais assuntos tratados na disciplina de filosofia.

Acreditado que fala muitas coisas boas.

6 – Assina – le as disciplinas de acordo com a importância dispensada por você. Obs. 1 (a mais importante) – 11(a de menor importância)

Matemática (7) Português (3) Geografia (4) História

(4) Línguas Estrangeiras (7) Química e Física (4) Ensino Religioso

(1) Educação Física (8) Filosofia (6) Biologia (5) Sociologia



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 ORIENTADOR: DR. NELSON KILPP
 MESTRANDO: PAULO JONAS DOS SANTOS JÚNIOR

Questionário para Aluno

1 – Você está estudando em qual Série?

Segunda.

2 – Como você classifica a disciplina de Filosofia?

Importante () Sem Importância () Interessante () Sem interesse

3 – Sobre seus professores enquanto assuntos religiosos.

Não comentam () Comentam Frequentemente () Comentam com pouca frequência () São indiferentes ao assunto

4 – O que você pode dizer sobre a temática Religião.

Cada um pensa diferente, isso é livre.

5 – Descreva alguns dos Principais assuntos tratados na disciplina de filosofia.

Como pensava antigamente.

6 – Assina – le as disciplinas de acordo com a importância dispensada por você. Obs. 1 (a mais importante) – 11(a de menor importância)

Matemática Português Geografia História
 Línguas Estrangeiras Química e Física Ensino Religioso
 Educação Física Filosofia Biologia Sociologia



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 ORIENTADOR: DR. NELSON KILPP
 MESTRANDO: PAULO JONAS DOS SANTOS JÚNIOR

Questionário para Aluno

1 – Você está estudando em qual Série?

2ª ano.

2 – Como você classifica a disciplina de Filosofia?

Importante () Sem Importância () Interessante () Sem interesse

3 – Sobre seus professores enquanto assuntos religiosos.

() Não comentam () Comentam Frequentemente Comentam com pouca frequência () São indiferentes ao assunto

4 – O que você pode dizer sobre a temática Religião.

Na minha opinião esse assunto não deve ser discutido.

5 – Descreva alguns dos Principais assuntos tratados na disciplina de filosofia.

A filosofia nos ensina a agir.

6 – Assina – le as disciplinas de acordo com a importância dispensada por você. Obs. 1 (a mais importante) – 11(a de menor importância)

(2) Matemática (1) Português (5) Geografia (4) História
 (6) Línguas Estrangeiras (3) Química e Física (10) Ensino Religioso
 (11) Educação Física (8) Filosofia (7) Biologia (9) Sociologia



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 ORIENTADOR: DR. NELSON KILPP
 MESTRANDO: PAULO JONAS DOS SANTOS JÚNIOR

Questionário para Aluno

1 – Você está estudando em qual Série?

2.º ano de ensino médio.

2 – Como você classifica a disciplina de Filosofia?

Importante () Sem Importância () Interessante () Sem interesse

3 – Sobre seus professores enquanto assuntos religiosos.

Não comentam () Comentam Frequentemente () Comentam com pouca frequência () São indiferentes ao assunto

4 – O que você pode dizer sobre a temática Religião.

Uma pessoa não pode mudar de opinião.

5 – Descreva alguns dos Principais assuntos tratados na disciplina de filosofia.

Alguns pensadores e temas importantes para a ser humanos

6 – Assina – le as disciplinas de acordo com a importância dispensada por você. Obs. 1 (a mais importante) – 11(a de menor importância)

(2) Matemática (1) Português (3) Geografia (4) História
 (9) Línguas Estrangeiras (7) Química e Física (10) Ensino Religioso
 (11) Educação Física (5) Filosofia (6) Biologia (8) Sociologia



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 ORIENTADOR: DR. NELSON KILPP
 MESTRANDO: PAULO JONAS DOS SANTOS JÚNIOR

Questionário para Aluno

1 – Você está estudando em qual Série?

SEGUNDO ANO.

2 – Como você classifica a disciplina de Filosofia?

Importante () Sem Importância () Interessante () Sem interesse

3 – Sobre seus professores enquanto assuntos religiosos.

() Não comentam () Comentam Frequentemente Comentam com pouca frequência () São indiferentes ao assunto

4 – O que você pode dizer sobre a temática Religião.

ACREDITO QUE DEVE SER EVITADO.

5 – Descreva alguns dos Principais assuntos tratados na disciplina de filosofia.

RESPEITO, AMOR.

6 – Assina – le as disciplinas de acordo com a importância dispensada por você. Obs. 1 (a mais importante) – 11(a de menor importância)

Matemática Português Geografia História
 Línguas Estrangeiras Química e Física Ensino Religioso
 Educação Física Filosofia Biologia Sociologia



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE Mestrado em Ciências das Religiões
 ORIENTADOR: DR. NELSON KILPP
 MESTRANDO: PAULO JONAS DOS SANTOS JÚNIOR

Questionário para Aluno

1 – Você está estudando em qual Série?

3º

2 – Como você classifica a disciplina de Filosofia?

Importante () Sem Importância () Interessante () Sem interesse

3 – Sobre seus professores enquanto assuntos religiosos.

() Não comentam () Comentam Frequentemente Comentam com pouca frequência () São indiferentes ao assunto

4 – O que você pode dizer sobre a temática Religião.

Polêmica e confusão.

5 – Descreva alguns dos Principais assuntos tratados na disciplina de filosofia.

ética, Amor, Pensar.

6 – Assina – le as disciplinas de acordo com a importância dispensada por você. Obs. 1 (a mais importante) – 11(a de menor importância)

Matemática Português Geografia História
 Línguas Estrangeiras Química e Física Ensino Religioso
 Educação Física Filosofia Biologia Sociologia



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 ORIENTADOR: DR. NELSON KILPP
 MESTRANDO: PAULO JONAS DOS SANTOS JÚNIOR

Questionário para Aluno

1 – Você está estudando em qual Série?

3º

2 – Como você classifica a disciplina de Filosofia?

Importante () Sem Importância () Interessante () Sem interesse

3 – Sobre seus professores enquanto assuntos religiosos.

Não comentam () Comentam Frequentemente () Comentam com pouca frequência () São indiferentes ao assunto

4 – O que você pode dizer sobre a temática Religião.

CADA UM TEM A SUA.

5 – Descreva alguns dos Principais assuntos tratados na disciplina de filosofia.

ELA ENSINA A PENSAR.

6 – Assina – le as disciplinas de acordo com a importância dispensada por você. Obs. 1 (a mais importante) – 11(a de menor importância)

(2) Matemática (1) Português (3) Geografia (4) História
 (9) Línguas Estrangeiras (7) Química e Física (10) Ensino Religioso
 (11) Educação Física (5) Filosofia (6) Biologia (8) Sociologia



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
 PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
 ORIENTADOR: DR. NELSON KILPP
 MESTRANDO: PAULO JONAS DOS SANTOS JÚNIOR

Questionário para Aluno

1 – Você está estudando em qual Série?

3º

2 – Como você classifica a disciplina de Filosofia?

Importante () Sem Importância () Interessante () Sem interesse

3 – Sobre seus professores enquanto assuntos religiosos.

() Não comentam () Comentam Frequentemente Comentam com pouca frequência () São indiferentes ao assunto

4 – O que você pode dizer sobre a temática Religião.


POLEMICA.

5 – Descreva alguns dos Principais assuntos tratados na disciplina de filosofia.

ÉTICA, AMIZADE

6 – Assina – le as disciplinas de acordo com a importância dispensada por você. Obs. 1 (a mais importante) – 11(a de menor importância)

(2) Matemática (1) Português (5) Geografia (4) História
 (6) Línguas Estrangeiras (3) Química e Física (10) Ensino Religioso
 (14) Educação Física (8) Filosofia (7) Biologia (9) Sociologia



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
ORIENTADOR: DR. NELSON KILPP
MESTRANDO: PAULO JONAS DOS SANTOS JÚNIOR

Questionário para Aluno

1 – Você está estudando em qual Série?
3º ano de Ensino médio

2 – Como você classifica a disciplina de Filosofia?
 Importante () Sem Importância () Interessante () Sem interesse


3 – Sobre seus professores enquanto assuntos religiosos.
 () Não comentam () Comentam Frequentemente Comentam com pouca frequência () São indiferentes ao assunto

4 – O que você pode dizer sobre a temática Religião.
Religião é uma coisa que não se discute. É um assunto que quando tratado causa polêmica.

5 – Descreva alguns dos Principais assuntos tratados na disciplina de filosofia.
A filosofia trata do jeito de ser humano pensar, agir.

6 – Assina – le as disciplinas de acordo com a importância dispensada por você. Obs. 1 (a mais importante) – 11(a de menor importância)

(2) Matemática	(1) Português	(5) Geografia	(4) História
(6) Línguas Estrangeiras	(3) Química e Física	(10) Ensino Religioso	
(11) Educação Física	(8) Filosofia	(7) Biologia	(9) Sociologia



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
ORIENTADOR: DR. NELSON KILPP
MESTRANDO: PAULO JONAS DOS SANTOS JÚNIOR

Questionário para Aluno

1 – Você está estudando em qual Série?
Terceiro ano do Ensino Médio

2 – Como você classifica a disciplina de Filosofia?
 Importante () Sem Importância () Interessante () Sem interesse


3 – Sobre seus professores enquanto assuntos religiosos.
 Não comentam () Comentam Frequentemente () Comentam com pouca frequência () São indiferentes ao assunto

4 – O que você pode dizer sobre a temática Religião.
A religião é individual, cada um tem que ter sua escolha e quando for tocado no assunto, defende-la, não deixando que ninguém mude sua opinião.

5 – Descreva alguns dos Principais assuntos tratados na disciplina de filosofia.
Ela oferece uma visão geral do pensamento filosófico desde a Antiguidade até a época contemporânea.

6 – Assina – le as disciplinas de acordo com a importância dispensada por você. Obs. 1 (a mais importante) – 11(a de menor importância)
 Matemática (1) Português (3) Geografia (4) História
 (9) Línguas Estrangeiras (7) Química e Física (10) Ensino Religioso

ANEXO II – Questionário a professores.



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
ORIENTADOR: DR. NELSON KILPP
MESTRANDO: PAULO JONAS DOS SANTOS JÚNIOR

Questionário para Professor

1 - Há quanto tempo esta lecionando a disciplina de filosofia?
22 anos

2 - Leciona em que segmento?
A) Ensino Fundamental
B) Ensino Médio
 Ensino Fundamental + Médio

3 - Qual o maior desafio enfrentado dentro de sala de aula?
A indisciplina, fruto também das "desigualdades sociais" nas várias esferas da sociedade brasileira. Entraves inclui-se o "sistema" políticas públicas ineficientes "as justas medidas.

4 - Quais dos assuntos lecionados você classificaria como os mais relevantes para a formação social do Aluno?
Leituras sobre direitos e deveres, a garantir "inclusão" as eficiências da verdadeira cidadania.

5 - Você observa alguma influência religiosa na disciplina de filosofia? Se sim descreva.
Observo e reitero o valor quando a referida denominação religiosa, o inspira e auxilia as práticas cidadãs por parte do aluno, ator, no espaço educacional.

6 - Como você descreve as atitudes dos alunos em relação a religião?

Valores diversos têm somado negativamente dentro a falta de estrutura familiar, uma maioria se desbeneficia por ter a ausência da religião, que se promotora do amor, "exercita longanimidade."

7 - Como você classifica, de modo geral, o interesse de seus alunos em relação à temática religião?

- Muito Interessados
 Interessados
 Indiferentes
 Desinteressados
 Rejeitam tais temas

8 - Como você descreve a articulação da religião na formação do cidadão?

No que leituras benéficas sobre a laicidade se estabeleça, a garantir igualdade de direitos, onde a fraternidade ganha espaço, a promoção humana, a vida

PPGCR
Faculdade Unida de Vitória



FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES
ORIENTADOR: DR. NELSON KILPP
MESTRANDO: PAULO JONAS DOS SANTOS JÚNIOR

Questionário para Professor

1 - Há quanto tempo esta lecionando a disciplina de filosofia?

23 anos

2 - Leciona em que segmento?

A) Ensino Fundamental

B) Ensino Médio

Ensino Fundamental + Médio

3 - Qual o maior desafio enfrentado dentro de sala de aula?

Disciplina, interesse.

4 - Quais dos assuntos lecionados você classificaria como os mais relevantes para a formação social do Aluno?

Cidadania, étnica, pluralidade cultural.

5 - Você observa alguma influência religiosa na disciplina de filosofia? Se sim descreva.

Não.

6 - Como você descreve as atitudes dos alunos em relação a religião?

Apáticos

7 - Como você classifica, de modo geral, o interesse de seus alunos em relação à temática religião?

- Muito Interessados
- Interessados
- Indiferentes
- Desinteressados
- Rejeitam tais temas

8 - Como você descreve a articulação da religião na formação do cidadão?

seria muito bom se todos praticassem o que aprendem com a religião.